



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

## Município de Cruzeta

Praça Celso Azevedo, 86, Centro, Cruzeta/RN

CNPJ: 08.106.510/0001-50

### LEI Nº 1.181, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Joaquim José de Medeiros, Prefeito Municipal de Cruzeta, Estado do Rio Grande do Norte, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

**Art. 1º** - O Orçamento do Município de Cruzeta, Estado do Rio Grande do Norte, para o exercício de 2023, será elaborado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I. As Metas Fiscais;
- II. As Prioridades da Administração Municipal;
- III. A Estrutura dos Orçamentos;
- IV. As Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;  
IV-A - DO REGIME DE EXECUÇÃO DAS EMENDAS PARLAMENTARES IMPOSITIVAS
- V. As Disposições sobre a Dívida pública Municipal;
- VI. As Disposições sobre Despesas com Pessoal;
- VII. As Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária;
- VIII. As Disposições Gerais.

#### **I – DAS METAS FISCAIS**

**Art. 2º** - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2023, estão identificados nos Demonstrativos I a VIII desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 471, de 27 de junho de 2007-STN e suas alterações seguintes.

**Parágrafo Único** – Os municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes estão obrigados por força do Art. 63, inciso III, da LRF, a partir do exercício de 2005, a elaborar o Anexo de Metas Fiscais de que trata o Art. 4º, § 1º, na forma definida na Portaria nº 29/2007-STN.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

## Município de Cruzeta

Praça Celso Azevedo, 86, Centro, Cruzeta/RN

CNPJ: 08.106.510/0001-50

**Art. 3º** - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

**Art. 4º** - Os Anexos de Metas Fiscais referidos no Art. 2º desta Lei, constituem-se dos seguintes:

- |                   |  |
|-------------------|--|
| Demonstrativo I   | – Metas Anuais;  |
| Demonstrativo II  | – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;                            |
| Demonstrativo III | – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores; |
| Demonstrativo IV  | – Evolução do Patrimônio Líquido;  |
| Demonstrativo V   | – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;                           |
| Demonstrativos VI | – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;   |
| Demonstrativo VII | – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;   |
| Demonstrativo VII | – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.                          |

**Parágrafo Único** – Os Demonstrativos referidos neste artigo, serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

### METAS ANUAIS

**Art. 5º** - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o Demonstrativo I – Metas Anuais serão elaboradas em valores Correntes e Constantes, relativos a Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência e para os dois seguintes:

**§ 1º** - Os valores correntes dos exercícios de 2019, 2020 e 2021 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes utilizam o parâmetro Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº 29/2007 da STN.

**§ 2º** - Os valores da coluna “% PIB”, serão calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

### AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

**Art. 6º** - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receita, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

## Município de Cruzeta

Praça Celso Azevedo, 86, Centro, Cruzeta/RN

CNPJ: 08.106.510/0001-50

Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

§ 1º - De acordo com o exemplo da 4ª Edição do Manual de Elaboração, aprovado pela Portaria nº 29/2007-STN, o comparativo solicitado refere-se ao exercício de 2021.

§ 2º - A elaboração deste Demonstrativo pelos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes se restringe àqueles que tenham elaborado metas fiscais em exercícios anteriores a 2005.

### **METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**

**Art. 7º** - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primeiro e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

§ 1º - A elaboração deste Demonstrativo pelos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes se restringe àqueles que tenham elaborado metas fiscais em exercício anteriores a 2005.

§ 2º - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes, utilizando-se os mesmos índices já comentados do Demonstrativo I.

### **EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**Art. 8º** - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

**Parágrafo Único** – O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

### **ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

**Art. 9º** - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da evolução do patrimônio líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

## Município de Cruzeta

Praça Celso Azevedo, 86, Centro, Cruzeta/RN

CNPJ: 08.106.510/0001-50

integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V – Origem e Aplicações dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos estabelece de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

**Parágrafo Único** - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

### **AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS**

**Art. 10** - Em razão do que está estabelecida no § 2º, inciso IV, alínea “a”, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios. O Demonstrativo VI – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS, seguindo o modelo da Portaria nº 471/2004-STN, estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.

### **ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**

**Art. 11º** - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondem à tratamento diferenciado.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

### **MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**

**Art. 12º** - O Art. 17º, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

**Parágrafo Único** – O Desenvolvimento VIII – Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

## Município de Cruzeta

Praça Celso Azevedo, 86, Centro, Cruzeta/RN

CNPJ: 08.106.510/0001-50

programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

### **MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.**

#### **METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.**

**Art. 13º** - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

**Parágrafo Único** – De conformidade com a Portaria nº 29/2007 – STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2019, 2020 e 2021.

#### **METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.**

**Art. 14º** - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

**Parágrafo Único** – O cálculo de Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN – Secretaria do Tesouro Nacional, relativa às normas da contabilidade pública.

#### **METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.**

**Art. 15º** - O cálculo do Resultado Nominal, deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

**Parágrafo Único** – O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzida o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos à Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

**Município de Cruzeta**

Praça Celso Azevedo, 86, Centro, Cruzeta/RN

CNPJ: 08.106.510/0001-50

## **METOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.**

**Art. 16º** - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

**Parágrafo Único** – Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2019, 2020 e 2021.

## **II – DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

**Art. 17º** - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2023 serão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2022 a 2025, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2023 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2023, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

## **III – DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

**Art. 18º** - O orçamento para o exercício financeiro de 2023 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

**Art. 19º** - A Lei Orçamentária para 2023 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundo, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, a qual deverão estar anexados os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

## Município de Cruzeta

Praça Celso Azevedo, 86, Centro, Cruzeta/RN

CNPJ: 08.106.510/0001-50

**Art. 20º** - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterà:

- I. Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa (Princípio da Transparência, art. 48 da LRF);
- II. Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu comprometimento, de 2018 a 2021. (art. 20, 17 e 48 da LRF);
- III. Quadro Demonstrativo das Despesas com Serviços de Terceiros e seu Percentual de Comprometimento das Receitas Correntes Líquidas de 2019 a 2022 (art. 71 da LRF);
- IV. Demonstrativo da Origem e Aplicação dos recursos Vinculados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art. 212 da Constituição Federal e 60 dos ADCT);
- V. Demonstrativo dos Recursos Vinculados e Ações Públicas de Saúde (art. 77 dos ADCT);
- VI. Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição semestre anterior ao encaminhamento da Proposta ao Legislativo – (Princípio da Transparência, art. 48 LRF);
- VII. Quadro Demonstrativo do Saldo da Dívida Fundada, com identificação dos Credores no encerramento do último semestre (Princípio da Transparência, art. 48 da LRF).

### IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

**Art. 21º** - O Orçamento para exercício de 2023 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1º § 1º 4º I, “a” e 48 LRF).

**Art. 22º** - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2023 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

**Art. 23º** - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

- I. Projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
- II. Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III. Dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura;
- IV. Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

## Município de Cruzeta

Praça Celso Azevedo, 86, Centro, Cruzeta/RN

CNPJ: 08.106.510/0001-50

**Art. 24º** - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2023, poderão ser expandidas em até 5%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2022 (art. 4º § 2º da LRF), conforme demonstrado em Anexo desta Lei.

**Art. 25º** - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2022.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

**Art. 26º** - O Orçamento para o exercício de 2023 destinará recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 5% das Receitas Correntes Líquidas previstas e 35% do total do orçamento de cada entidade para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares (art. 5º, III da LRF).

§ 1º - Os Recursos da Reservas de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, “b” da LRF).

§ 2º - Os Recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2022, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

**Art. 27º** - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

**Art. 28º** - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

**Art. 29º** - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2023 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundas de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

## Município de Cruzeta

Praça Celso Azevedo, 86, Centro, Cruzeta/RN

CNPJ: 08.106.510/0001-50

qualquer título, se o ocorrer ou estiver garantindo o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantindo (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

**Art. 30º** - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2023, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo de orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

**Art. 31º** - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aqueles de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, “f” e 26 da LRF).

**Parágrafo Único** – As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

**Art. 32º** - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa / inexigibilidade.

**Parágrafo Único** – Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aqueles decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2023, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

**Art. 33º** - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

**Art. 34º** - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

**Art. 35º** - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2023 a preços correntes.

**Art. 36º** - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada grupo de natureza de despesa /modalidade de aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

## Município de Cruzeta

Praça Celso Azevedo, 86, Centro, Cruzeta/RN

CNPJ: 08.106.510/0001-50

**Parágrafo Único** – A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa / Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, somente poderá ser feita com prévia autorização legislativa, conforme dispõe o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal.

**Art. 37º** - Durante a execução orçamentária de 2023, o Poder Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2023 (art. 167, I da Constituição Federal).

**Art. 38º** - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecimento no art. 50, § 3º da LRF.

**Parágrafo Único** – Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas fiscais realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, “e” da LRF).

**Art. 39º** - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrem a Lei Orçamentária de 2023 serão objetos de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas fiscais estabelecidas (art. 4º, I, “e” da LRF).

**Art. 39-A.** As emendas individuais e impositivas do Legislativo Municipal ao projeto da LOA 2023, de que trata o Art. 82-A da Lei Orgânica Municipal, serão de execução orçamentária e financeira obrigatórias, *aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde, nos termos do anexo correspondente.*

**§ 1º** - *As emendas individuais ao Projeto de Lei Orçamentária apresentadas pelo Poder Legislativo devem ser apresentadas e executadas de forma equitativa entre os vereadores ou unificadas pelas respectivas bancadas.*

**§ 2º** - *Considera-se equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que atenda de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independentemente da autoria.*

**§ 3º** - O Poder Executivo, no decorrer do exercício financeiro, promoverá a compatibilização da despesa prevista no *caput* deste artigo com a efetiva arrecadação da receita corrente líquida.

**§ 4º** - Se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal prevista no Anexo de Metas Fiscais, observado o disposto no art. 2º desta Lei, o montante previsto no *caput* deste



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

## Município de Cruzeta

Praça Celso Azevedo, 86, Centro, Cruzeta/RN

CNPJ: 08.106.510/0001-50

artigo poderá ser reduzido até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas discricionárias.

**Art. 39-B** - No decorrer do exercício financeiro, se for verificado crescimento da Receita Corrente Líquida - RCL em relação àquela estimada na Lei Orçamentária Anual, da diferença positiva deverá ser destinado *1,2% (um inteiro e dois décimos por cento)* para o atendimento das emendas parlamentares impositivas.

**Art. 39-C** - As emendas parlamentares impositivas aprovadas pelo Poder Legislativo constarão de anexo específico da LOA 2023, contendo no mínimo:

- I – o número da emenda;
- II – o nome da emenda (objeto);
- III – o nome do vereador ou bancada;
- VI – o valor da emenda.

**Art. 39-D** - As emendas parlamentares impositivas apresentadas ao projeto da LOA 2023 não poderão ter destinação para pagamento de pessoal ou de encargos sociais.

**Art. 39-E** - O valor destinado a emenda impositiva do legislativo municipal deverá ser suficiente para a execução do objeto proposto no exercício financeiro.

§ 1º - Ocorrendo a insuficiência de recursos, a suplementação deverá ser financiada pela anulação total ou parcial do crédito orçamentário de outra emenda do mesmo vereador, por ele indicada, ou por contrapartida de seu beneficiário.

§ 2º - O objeto da emenda parlamentar impositiva não concluído dentro do exercício financeiro, com repercussão orçamentária e financeira no exercício financeiro subsequente, deverá constar das emendas do próximo exercício e deverá ser financiado pela cota do respectivo vereador.

**Art. 39-F** - As dotações orçamentárias destinadas ao atendimento das emendas impositivas do Legislativo Municipal, estando compatíveis com os objetos propostos, seguirão a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso estabelecidos por meio do Poder Executivo Municipal.

**Art. 39-G** - As emendas parlamentares impositivas não serão de execução obrigatória nos casos de impedimento de ordem técnica, na forma da Lei Orgânica Municipal.

**Art. 39-H** - Caberá ao Poder Executivo comunicar ao Poder Legislativo Municipal o cumprimento das respectivas emendas impositivas dos vereadores.”.

### V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA

#### MUNICIPAL

**Art. 40º** - A Lei Orçamentária de 2023 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 7% (sete por cento) das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

## Município de Cruzeta

Praça Celso Azevedo, 86, Centro, Cruzeta/RN

CNPJ: 08.106.510/0001-50

semestre anterior a assinatura do contrato, observada as exigências dispostas nos artigos 30, 31 e 32 da Lei Complementar 101/2000 LRF .

**Art. 41º** - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, parágrafo único da LRF).

**Art. 42º** - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

### VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

**Art. 43º** - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2023, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

**Parágrafo Único** – Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2023.

**Art. 44º** - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2023, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2022, acrescida de 10%, obedecido ao limite prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

**Art. 45º** - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excedem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

**Art. 46º** - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF).

- I. Eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II. Eliminação das despesas com horas-extras;
- III. Exoneração de servidores ocupantes de cargo de comissão;
- IV. Demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

**Art. 47º** - Para efeito desta lei e registro contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF,



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

## Município de Cruzeta

Praça Celso Azevedo, 86, Centro, Cruzeta/RN

CNPJ: 08.106.510/0001-50

a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

**Parágrafo Único** – Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de prioridade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o “34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização”.

### VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA

**Art. 48º** - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e rendas, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios serem considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudo do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que se inicia sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

**Art. 49º** - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14, § 3º da LRF).

**Art. 50º** - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

### VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 51º** - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

**§ 1º** - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “caput” deste artigo.

**§ 2º** - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2023, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

## Município de Cruzeta

Praça Celso Azevedo, 86, Centro, Cruzeta/RN

CNPJ: 08.106.510/0001-50

**Art. 52º** - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos, motivados por insuficiência de tesouraria.

**Art. 53º** - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, somente poderão ser reabertos no exercício subsequente, através de prévia autorização legislativa conforme disposto no artigo 167, inciso V da Constituição Federal.

**Art. 54º** - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

**Art. 55º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

CRUZETA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 16 DE SETEMBRO DE 2022.

  
Joaquim José de Medeiros  
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

## Município de Cruzeta

Praça Celso Azevedo, 86, Centro, Cruzeta/RN

CNPJ: 08.106.510/0001-50

### ANEXO DA LEI Nº 1181/2022

---

#### **CAMARA MUNICIPAL**

- AMPLIAÇÃO, CONSERVAÇÃO E REFORMA DA SEDE DO PODER LEGISLATIVO
- PROJETO CAMARA CIDADÃ/ESCOLA DO LEGISLATIVO
- REAPARELHAMENTO E INFORMATIZAÇÃO DA CAMARA MUNICIPAL
- MANUTENCAO DOS SERVICOS DA CAMARA
- AQUISIÇÃO DE VEICULO PARA CÂMARA MUNICIPAL
- REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

#### **GABINETE DO PREFEITO**

- AQUISICAO DE VEICULO E EQUIPAMENTOS -GABINETE DO PREFEITO
- AQUISIÇÃO DE VEÍCULO E EQUIPAMENTOS- SETOR DE TRANSITO
- CONSTRUÇÃO DA SEDE DO CONSELHO TUTELAR
- AQUISIÇÃO DE VEICULO E EQUIPAMENTOS - GUARDA MUNICIPAL
- MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO GABINETE
- MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR
- MANUT. DO CONSELHO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE
- MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE
- IMPLANTAÇÃO DE OUVIDORIA MUNICIPAL
- QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA GUARDA MUNICIPAL
- QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO TRANSITO

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO E TRIBUTACAO**

- MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE FROTA
- AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE APOIO E DE INFORMÁTICA
- MANUT. DAS ATIV. DA SEC. DE ADM. E TRIBUTACAO
- ESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO PATRIMONIAL
- CONTRIBUIÇÃO A AMLAP, FEMURN E CNM

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO**



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

## Município de Cruzeta

Praça Celso Azevedo, 86, Centro, Cruzeta/RN

CNPJ: 08.106.510/0001-50

- REESTRUTURAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DO SETOR FINANCEIRO
- MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
- MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO
- FORMAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DE SERVIDORES DA SMFP
- CONTRIBUIÇÃO AO PASEP
- AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTE

- AMPLIAÇÃO, REFORMA E REPARAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
- CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E REPARAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO INFANTIL
- CONTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E REPARAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL
- APARELHAMENTO DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DA SECRETARIA
- AQUISICAO DE TRANSPORTE ESCOLAR
- CONSTRUCAO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE QUADRAS ESPORTIVAS
- MANUTENÇÃO DO APOIO A ASSOCIAÇÃO MUSICAL DE CRUZETA - AMUSIC
- CONSTRUÇÃO DE ARQUIBANCADAS E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO NO ESTÁDIO "O BOSCAO"
- CONSTRUÇÃO DE ÁREA DE LAZER COM PARQUE INFANTIL PARA CRIANÇA
- REVITALIZAÇÃO DO PROJETO BOM DE BOLA, BOM DE NOTA
- AQUISIÇÃO DE VEÍCULO
- MANUTENCAO DA ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL COM FUNDEB 70%
- MANUTENCAO DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL COM FUNDEB 30%
- MANUTENCAO DO SALARIO EDUCACAO
- MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL
- MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
- MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS
- MANUTENCAO DO SETOR DA CULTURAL
- REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS NO MUNICÍPIO
- INCENTIVO A GRUPOS DE DIVULGACAO CULTURAL
- MANUTENCAO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS
- MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
- APOIO DAS ATIVIDADES DO ENSINO SUPERIOR





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

## **Município de Cruzeta**

*Praça Celso Azevedo, 86, Centro, Cruzeta/RN*

CNPJ: 08.106.510/0001-50

- APOIO DAS ATIVIDADES DO ENSINO MÉDIO E TÉCNICO
- MANUTENCAO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR
- APOIO AO PROGRAMA DE INCLUSAO DIGITAL
- MANUTENCAO DO PROGRAMA DE ALIMENTACAO ESCOLAR - CRECHE
- MANUTENCAO DO PROGRAMA DE ALIMENTACAO ESCOLAR - PRÉ ESCOLA
- MANUTENCAO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE
- MANUTENCAO DA ATIV. DO ENSINO INFANTIL COM FUNDEB 70%
  
- MANUTENCAO DAS ATIV. DO ENSINO INFANTIL COM FUNDEB 30%

### **SECRETARIA MUNICIPAL INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS**

- REAPARELHAMENTO E INFORMATIZAÇÃO DA SECRETARIA
- SINALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DAS RUAS E AVENIDAS
- IMPLANTAÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE SANEAMENTO BÁSICO
- CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, RECUPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS
- CONSTRUÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DE CALÇAMENTO E MEIO-FIO
  
- AQUISICAO DE VEICULOS
- CONSTRUÇÃO DA GARAGEM DOS ÔNIBUS E MÁQUINAS
- URBANIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ACESSOS À CIDADE
- AQUISIÇÃO DOS CARRINHOS DE LIXO E LIXEIRAS
- CONSTRUÇÃO, MELHORIA E RESTAURAÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS
  
- CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE PASSAGENS MOLHADAS E PONTES
  
- CONSTRUÇÃO E RESTAURAÇÃO ASFALTICAS DAS RUAS E ESTRADAS DO MUNICÍPIO
  
- MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E PREDIOS MUNICIPAIS
  
- MANUTENCAO DOS SERVICOS DA SEC. INFRAESTRURA E SERV. URBANOS
  
- CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIDORES
- REALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS
- CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE URBANISMO, TRÂNSITO E TRANSPORTE
  
- CONTRIBUIÇÃO AO CONSORCIO PUBLICO REGIONAL DE RESIDUOS SOLIDOS

### **SECRETARIA MUNICIPAL DESENV. ECONOMICO E TURISMO**

- GERAÇÃO DE EMPREGO PARA JOVENS COM VAGAS DE ESTÁGIO



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

## Município de Cruzeta

Praça Celso Azevedo, 86, Centro, Cruzeta/RN

CNPJ: 08.106.510/0001-50

- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO
- INVESTIMENTO EM CURSOS PROFISSIONALIZANTES
- ESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO
- REVITALIZAÇÃO DO CENTRO DE ARTESANATO NO MERCADO PUBLICO MUNICIPAL

### SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS – ATENÇÃO PRIMÁRIA
- AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS – ATENÇÃO ESPECIALIZADA
- AQUISIÇÃO DE VEÍCULO E EQUIPAMENTOS – VIGILÂNCIA SANITÁRIA
- CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE
- REFORMA, AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE
- REFORMA, AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA SEDE DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE
- CONSTRUÇÃO DE ACADEMIAS DA SAÚDE
- REFORMA DO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS
- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA BASICA - AFB
- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE
- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS ACS
- MANUT. DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE
- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIGILANCIA EM SAUDE
- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS ACE
- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE
- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA
- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SAÚDE NA ESCOLA - PSE
- CONTRIBUIÇÃO A CONSÓRCIO DE SAÚDE
- REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- CONVENIOS E APOIO A ENTIDADES, PROJETOS E SERVIÇOS
- CONSTRUIR E RECUPERAR UNIDADES HABITACIONAIS NAS ZONAS URBANA E RURAL
- CONSTRUÇÃO DA SEDE DOS SERVIÇOS DE SCFV
- AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

## Município de Cruzeta

Praça Celso Azevedo, 86, Centro, Cruzeta/RN

CNPJ: 08.106.510/0001-50

- AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS
- EQUIPAR E ESTRUTURAR AS UNIDADES QUE PRESTAM SERVIÇOS E PROGRAMAS PARA A INFÂNCIA E JUVENTUDE
- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE APOIO A ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO SUAS
- MANUTENÇÃO DO PROGRAMA FÁMILA ACOLHEDORA
- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA
- GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DO CADASTRO ÚNICO - IGDPBF
- MANUTENÇÃO DO CONSELHO DA ASSISTENCIA SOCIAL
- FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL -IGDPBF
- MANUTENCAO E CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS
- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS - CRIANÇA FELIZ
- FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - IGDSUAS
- IMPLEMENTAÇÃO DE OFICINAS ESPECIFICAS PARA GESTANTES
- CRIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO NÚCLEO DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
- IMPLANTAR PROGRAMA DA FAMILIA
- CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO E CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO
- IMPLANTAÇÃO E FORTALECIMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIENCIA
- REALIZAÇÃO DAS CONFERENCIAS MUNICIPAIS DE ASSISTENCIA SOCIAL
- MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO NUCA (NUCLEO DE CIDADANIA DOS ADOLECENTES)
- CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO NUCLEO MUNICIPAL DE EDUCACAO PERMANENTE DO SUAS
- MANUTENCAO DAS ATIVIDADES CULTURA E PAZ

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E PESCA**

- CONSTRUÇÃO DE MATADOURO PÚBLICO
- CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MANUTENÇÃO DE AÇUDES, BARRAGENS E BARREIROS
- RECUPERAÇÃO E LIMPEZAS DE RIOS E AÇUDES PUBLICOS
- CONSERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

## Município de Cruzeta

Praça Celso Azevedo, 86, Centro, Cruzeta/RN

CNPJ: 08.106.510/0001-50

- MANUTENÇÃO DOS AMBIENTES ARBORIZADOS
- PERFURAÇÃO DE POÇOS
- MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E PESCA
  
- APOIO E INCENTIVO Á AGRICULTURA FAMILIAR
- APOIO A FESTA DA COLHEITA E TORNEIO LEITEIRO
- APOIO AO PROGRAMA OPERÇÃO PIPA
- AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA DE CISTERNAS
- APOIO A PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
  
- APOIO ÀS CAMPANHAS CONTRA A FEBRE AFTOSA E BRUCELOSE
  
- MELHORIA DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICIPIO

### FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CRUZETA

- MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA INFORMATIZADO
- AQUISIÇÃO DE VEÍCULO E EQUIPAMENTOS
- CONTRUÇÃO DO PRÉDIO SEDE DO CRUZETA-PREV
- RECADASTRAMENTO DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS
- MANUTENCAO DO FUNDO E DO PAGAMENTO DE APOSENTADORIA, PENSÕES E
- MANUTENÇÃO DO FUNDO DE PREVIDENCIA DE CRUZETA-FUNPREV
- PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS DE APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO
- RESERVA DE CONTIGENCIA

### RESERVA DE CONTIGENCIA

- RESERVA DE CONTIGENCIA

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA**

**GABINETE DO PREFEITO**  
**LEI Nº 1.181, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022**

**LEI Nº 1.181, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022**

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A  
ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA  
O EXERCÍCIO DE 2023, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

Joaquim José de Medeiros, Prefeito Municipal de Cruzeta, Estado do Rio Grande do Norte, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

**Art. 1º** - O Orçamento do Município de Cruzeta, Estado do Rio Grande do Norte, para o exercício de 2023, será elaborado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

As Metas Fiscais;  
As Prioridades da Administração Municipal;  
A Estrutura dos Orçamentos;  
As Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;  
IV-A - DO REGIME DE EXECUÇÃO DAS EMENDAS  
PARLAMENTARES IMPOSITIVAS  
As Disposições sobre a Dívida pública Municipal;  
As Disposições sobre Despesas com Pessoal;  
As Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária;  
As Disposições Gerais.

**I – DAS METAS FISCAIS**

**Art. 2º** - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2023, estão identificados nos Demonstrativos I a VIII desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 471, de 27 de junho de 2007-STN e suas alterações seguintes.

**Parágrafo Único** – Os municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes estão obrigados por força do Art. 63, inciso III, da LRF, a partir do exercício de 2005, a elaborar o Anexo de Metas Fiscais de que trata o Art. 4º, § 1º, na forma definida na Portaria nº 29/2007-STN.

**Art. 3º** - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

**Art. 4º** - Os Anexos de Metas Fiscais referidos no Art. 2º desta Lei, constituem-se dos seguintes:

Demonstrativo I – Metas Anuais;  
Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;  
Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;  
Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;  
Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;  
Demonstrativos VI – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;  
Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Rendência de Receita;  
Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

**Parágrafo Único** – Os Demonstrativos referidos neste artigo, serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

#### **METAS ANUAIS**

**Art. 5º** - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o Demonstrativo I – Metas Anuais serão elaboradas em valores Correntes e Constantes, relativos a Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência e para os dois seguintes:

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2019, 2020 e 2021 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes utilizam o parâmetro Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº 29/2007 da STN.

§ 2º - Os valores da coluna “% PIB”, serão calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

#### **AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**

**Art. 6º** - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receita, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

§ 1º - De acordo com o exemplo da 4ª Edição do Manual de Elaboração, aprovado pela Portaria nº 29/2007-STN, o comparativo solicitado refere-se ao exercício de 2021.

§ 2º - A elaboração deste Demonstrativo pelos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes se restringe àqueles que tenham elaborado metas fiscais em exercícios anteriores a 2005.

#### **METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**

**Art. 7º** - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primeiro e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

§ 1º - A elaboração deste Demonstrativo pelos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes se restringe àqueles que tenham elaborado metas fiscais em exercício anteriores a 2005.

§ 2º - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes, utilizando-se os mesmos índices já comentados do Demonstrativo I.

#### **EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**Art. 8º** - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

**Parágrafo Único** – O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

### **ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

**Art. 9º** - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da evolução do patrimônio líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V – Origem e Aplicações dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos estabelece de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

**Parágrafo Único** - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

### **AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS**

**Art. 10** - Em razão do que está estabelecida no § 2º, inciso IV, alínea “a”, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios. O Demonstrativo VI – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS, seguindo o modelo da Portaria nº 471/2004-STN, estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.

### **ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**

**Art. 11º** - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondem à tratamento diferenciado.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

### **MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO**

**Art. 12º** - O Art. 17º, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

**Parágrafo Único** – O Desenvolvimento VIII – Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

### **MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.**

### **METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.**

**Art. 13º** - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e

evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

**Parágrafo Único** – De conformidade com a Portaria nº 29,2007 – STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2019, 2020 e 2021.

#### **METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.**

**Art. 14º** - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

**Parágrafo Único** – O cálculo de Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN – Secretaria do Tesouro Nacional, relativa às normas da contabilidade pública.

#### **METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.**

**Art. 15º** - O cálculo do Resultado Nominal, deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

**Parágrafo Único** – O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzida o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos à Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

#### **METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.**

**Art. 16º** - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

**Parágrafo Único** – Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2019, 2020 e 2021.

#### **II – DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

**Art. 17º** - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2023 serão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2022 a 2025, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2023 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2023, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

#### **III – DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

**Art. 18º** - O orçamento para o exercício financeiro de 2023 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

**Art. 19º** - A Lei Orçamentária para 2023 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles



vínculos a Fundo, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, a qual deverão estar anexados os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

**Art. 20º** - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterá:

Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa (Princípio da Transparência, art. 48 da LRF);  
Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu comprometimento, de 2018 a 2021. (art. 20, 17 e 48 da LRF);

Quadro Demonstrativo das Despesas com Serviços de Terceiros e seu Percentual de Comprometimento das Receitas Correntes Líquidas de 2019 a 2022 (art. 71 da LRF);

Demonstrativo da Origem e Aplicação dos recursos Vinculados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art. 212 da Constituição Federal e 60 dos ADCT);

Demonstrativo dos Recursos Vinculados e Ações Públicas de Saúde (art. 77 dos ADCT);

Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição semestre anterior ao encaminhamento da Proposta ao Legislativo – (Princípio da Transparência, art. 48 LRF);

Quadro Demonstrativo do Saldo da Dívida Fundada, com identificação dos Credores no encerramento do último semestre (Princípio da Transparência, art. 48 da LRF).

#### **IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

**Art. 21º** - O Orçamento para exercício de 2023 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1º § 1º 4º I, “a” e 48 LRF).

**Art. 22º** - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2023 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

**Art. 23º** - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

Projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;

Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

Dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura;

Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

**Art. 24º** - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2023, poderão ser expandidas em até 5%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2022 (art. 4º § 2º da LRF), conforme demonstrado em Anexo desta Lei.

**Art. 25º** - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2022.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

**Art. 26º** - O Orçamento para o exercício de 2023 destinará recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 5% das Receitas Correntes Líquidas previstas e 35% do total do orçamento de cada entidade para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares (art. 5º, III da LRF).

§ 1º - Os Recursos da Reservas de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

§ 2º - Os Recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2022, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

**Art. 27º** - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

**Art. 28º** - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

**Art. 29º** - Os Projetos e Atividades prioritizados na Lei Orçamentária para 2023 com dotações vinculares e fontes de recursos oriundas de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se o ocorrer ou estiver garantindo o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantindo (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

**Art. 30º** - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2023, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo de orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

**Art. 31º** - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aqueles de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

**Parágrafo Único** - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

**Art. 32º** - Os procedimentos administrativos de estimativa de impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa / inexigibilidade.

**Parágrafo Único** - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aqueles decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2023, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de

licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

**Art. 33º** - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

**Art. 34º** - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

**Art. 35º** - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2023 a preços correntes.

**Art. 36º** - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada grupo de natureza de despesa /modalidade de aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

**Parágrafo Único** - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa / Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, somente poderá ser feita com prévia autorização legislativa, conforme dispõe o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal.

**Art. 37º** - Durante a execução orçamentária de 2023, o Poder Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2023 (art. 167, I da Constituição Federal).

**Art. 38º** - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecimento no art. 50, § 3º da LRF.

**Parágrafo Único** - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas fiscais realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

**Art. 39º** - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2023 serão objetos de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas fiscais estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

**Art. 39-A.** As emendas individuais e impositivas do Legislativo Municipal ao projeto da LOA 2023, de que trata o Art. 82-A da Lei Orgânica Municipal, serão de execução orçamentária e financeira obrigatórias, *aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde, nos termos do anexo correspondente.*

**§ 1º** - *As emendas individuais ao Projeto de Lei Orçamentária apresentadas pelo Poder Legislativo devem ser apresentadas e executadas de forma equitativa entre os vereadores ou unificadas pelas respectivas bancadas.*

**§ 2º** - *Considera-se equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que atenda de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independentemente da autoria.*

**§ 3º** - O Poder Executivo, no decorrer do exercício financeiro, promoverá a compatibilização da despesa prevista no *caput* deste artigo com a efetiva arrecadação da receita corrente líquida.

**§ 4º** - Se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal prevista no Anexo de Metas Fiscais, observado o disposto no art. 2º desta Lei, o montante previsto no *caput* deste artigo poderá ser reduzido até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas discricionárias.

**Art. 39-B** - No decorrer do exercício financeiro, se for verificado crescimento da Receita Corrente Líquida - RCL em relação àquela estimada na Lei Orçamentária Anual, a diferença positiva deverá ser destinado 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) para o atendimento das emendas parlamentares impositivas.

**Art. 39-C** - As emendas parlamentares impositivas aprovadas pelo Poder Legislativo constarão de anexo específico da LOA 2023, contendo no mínimo:

- I – o número da emenda;
- II – o nome da emenda (objeto);
- III – o nome do vereador ou bancada;
- VI – o valor da emenda.

**Art. 39-D** - As emendas parlamentares impositivas apresentadas ao projeto da LOA 2023 não poderão ter destinação para pagamento de pessoal ou de encargos sociais.

**Art. 39-E** - O valor destinado a emenda impositiva do legislativo municipal deverá ser suficiente para a execução do objeto proposto no exercício financeiro.

§ 1º - Ocorrendo a insuficiência de recursos, a suplementação deverá ser financiada pela anulação total ou parcial do crédito orçamentário de outra emenda do mesmo vereador, por ele indicada, ou por contrapartida de seu beneficiário.

§ 2º - O objeto da emenda parlamentar impositiva não concluído dentro do exercício financeiro, com repercussão orçamentária e financeira no exercício financeiro subsequente, deverá constar das emendas do próximo exercício e deverá ser financiado pela cota do respectivo vereador.

**Art. 39-F** - As dotações orçamentárias destinadas ao atendimento das emendas impositivas do Legislativo Municipal, estando compatíveis com os objetos propostos, seguirão a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso estabelecidos por meio do Poder Executivo Municipal.

**Art. 39-G** - As emendas parlamentares impositivas não serão de execução obrigatória nos casos de impedimento de ordem técnica, na forma da Lei Orgânica Municipal.

**Art. 39-H** - Caberá ao Poder Executivo comunicar ao Poder Legislativo Municipal o cumprimento das respectivas emendas impositivas dos vereadores.”

## **V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 40º** - A Lei Orçamentária de 2023 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 7% (sete por cento) das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, observada as exigências dispostas nos artigos 30, 31 e 32 da Lei Complementar 101/2000 LRF.

**Art. 41º** - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, parágrafo único da LRF).

**Art. 42º** - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

## **VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL**

**Art. 43º** - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2023, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

**Parágrafo Único** – Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2023.

**Art. 44º** - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2023, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2022, acrescida de 10%, obedecido ao limite prudencial

de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

**Art. 45º** - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excedem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

**Art. 46º** - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF).

Eliminação de vantagens concedidas a servidores;  
Eliminação das despesas com horas-extras;  
Exoneração de servidores ocupantes de cargo de comissão;  
Demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

**Art. 47º** - Para efeito desta lei e registro contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

**Parágrafo Único** – Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de prioridade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o “34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização”.

## VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA

**Art. 48º** - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e rendas, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios serem considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudo do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que se inicia sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

**Art. 49º** - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14, § 3º da LRF).

**Art. 50º** - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

## VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 51º** - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

**§ 1º** - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “caput” deste artigo.

**§ 2º** - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2023, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

**Art. 52º** - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos, motivados por insuficiência de tesouraria.

**Art. 53º** - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, somente poderão ser reabertos no exercício subsequente, através de prévia autorização legislativa conforme disposto no artigo 167, inciso V da Constituição Federal.

**Art. 54º** - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

**Art. 55º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

CRUZETA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 16 DE SETEMBRO DE 2022.

**JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS**  
Prefeito Municipal

ANEXO DA LEI Nº 1181/2022

### **CAMARA MUNICIPAL**

AMPLIAÇÃO, CONSERVAÇÃO E REFORMA DA SEDE DO PODER LEGISLATIVO

PROJETO CAMARA CIDADÃ/ESCOLA DO LEGISLATIVO  
REAPARELHAMENTO E INFORMATIZAÇÃO DA CAMARA MUNICIPAL

MANUTENCAO DOS SERVICOS DA CAMARA

AQUISIÇÃO DE VEICULO PARA CÂMARA MUNICIPAL

REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

### **GABINETE DO PREFEITO**

AQUISICAO DE VEICULO E EQUIPAMENTOS -GABINETE DO PREFEITO

AQUISIÇÃO DE VEÍCULO E EQUIPAMENTOS- SETOR DE TRANSITO

CONSTRUÇÃO DA SEDE DO CONSELHO TUTELAR

AQUISIÇÃO DE VEICULO E EQUIPAMENTOS - GUARDA MUNICIPAL

MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO GABINETE

MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

MANUT. DO CONSELHO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE

MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE

IMPLANTAÇÃO DE OUVIDORIA MUNICIPAL

QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA GUARDA MUNICIPAL

QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO TRANSITO

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO E**

### **TRIBUTACAO**

MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE FROTA

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE APOIO E DE  
INFORMÁTICA

MANUT. DAS ATIV. DA SEC. DE ADM. E TRIBUTACAO

ESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO PATRIMONIAL

CONTRIBUIÇÃO A AMLAP, FEMURN E CNM

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E  
PLANEJAMENTO**

REESTRUTURAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DO SETOR  
FINANCEIRO  
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA  
MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA CONTROLADORIA  
GERAL DO MUNICIPIO

FORMAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DE SERVIDORES DA  
SMFP  
CONTRIBUIÇÃO AO PASEP  
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, CULTURA E  
ESPORTE**

AMPLIAÇÃO, REFORMA E REPARAÇÃO DA SECRETARIA  
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E REPARAÇÃO DE  
UNIDADES DE ENSINO INFANTIL  
CONTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E REPARAÇÃO DE  
UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL

APARELHAMENTO DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E  
DA SECRETARIA  
AQUISICAO DE TRANSPORTE ESCOLAR  
CONSTRUCAO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE QUADRAS  
ESPORTIVAS  
MANUTENÇÃO DO APOIO A ASSOCIAÇÃO MUSICAL DE  
CRUZETA - AMUSIC  
CONSTRUÇÃO DE ARQUIBANCADAS E AMPLIAÇÃO DA  
ILUMINAÇÃO NO ESTÁDIO "O BOSCAO"  
CONSTRUÇÃO DE ÁREA DE LAZER COM PARQUE INFANTIL  
PARA CRIANÇA  
REVITALIZAÇÃO DO PROJETO BOM DE BOLA, BOM DE  
NOTA  
AQUISIÇÃO DE VEÍCULO  
MANUTENCAO DA ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL COM  
FUNDEB 70%  
MANUTENCAO DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL COM  
FUNDEB 30%  
MANUTENCAO DO SALARIO EDUCACAO  
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL  
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO  
FUNDAMENTAL  
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO DE JOVENS E  
ADULTOS  
MANUTENCAO DO SETOR DA CULTURAL  
REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS NO MUNICIPIO  
INCENTIVO A GRUPOS DE DIVULGACAO CULTURAL  
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS  
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE  
EDUCAÇÃO  
APOIO DAS ATIVIDADES DO ENSINO SUPERIOR  
APOIO DAS ATIVIDADES DO ENSINO MÉDIO E TÉCNICO  
MANUTENCAO DO PROGRAMA DE TRASNPORTE ESCOLAR  
APOIO AO PROGRAMA DE INCLUSAO DIGITAL  
MANUTENCAO DO PROGRAMA DE ALIMENTACAO  
ESCOLAR - CRECHE  
MANUTENCAO DO PROGRAMA DE ALIMENTACAO  
ESCOLAR - PRÉ ESCOLA  
MANUTENCAO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA  
ESCOLA - PDDE

MANUTENCAO DA ATIV. DO ENSINO INFANTIL COM FUNDEB 70%

MANUTENCAO DAS ATIV. DO ENSINO INFANTIL COM FUNDEB 30%

**SECRETARIA MUNICIPAL INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS**

REAPARELHAMENTO E INFORMATIZAÇÃO DA SECRETARIA  
SINALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DAS RUAS E AVENIDAS  
IMPLANTAÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE SANEAMENTO BÁSICO

CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, RECUPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS  
CONSTRUÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DE CALÇAMENTO E MEIO-FIO

AQUISICAO DE VEICULOS

CONSTRUÇÃO DA GARAGEM DOS ÔNIBUS E MÁQUINAS

URBANIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ACESSOS À CIDADE

AQUISIÇÃO DOS CARRINHOS DE LIXO E LIXEIRAS

CONSTRUÇÃO, MELHORIA E RESTAURAÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS

CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE PASSAGENS MOLHADAS E PONTES

CONSTRUÇÃO E RESTAURAÇÃO ASFALTICAS DAS RUAS E ESTRADAS DO MUNICÍPIO

MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E PREDIOS MUNICIPAIS

MANUTENCAO DOS SERVICOS DA SEC. INFRAESTRUTURA E SERV. URBANOS

CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIDORES

REALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE URBANISMO, TRÂNSITO E TRANSPORTE

CONTRIBUIÇÃO AO CONSORCIO PUBLICO REGIONAL DE RESIDUOS SOLIDOS

**SECRETARIA MUNICIPAL DESENV. ECONOMICO E TURISMO**

GERAÇÃO DE EMPREGO PARA JOVENS COM VAGAS DE ESTÁGIO

MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO

INVESTIMENTO EM CURSOS PROFISSIONALIZANTES

ESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO

REVITALIZAÇÃO DO CENTRO DE ARTESANATO NO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS - ATENÇÃO PRIMÁRIA

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS - ATENÇÃO ESPECIALIZADA

AQUISIÇÃO DE VEÍCULO E EQUIPAMENTOS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

CONSTRUCAO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

REFORMA, AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE

REFORMA, AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA SEDE DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

CONSTRUÇÃO DE ACADEMIAS DA SAÚDE

REFORMA DO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - AFB

MANUTENCAO DA ATIVIDADES DA ATENÇÃO PRIMARIA EM SAÚDE

MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DOS ACS

MANUT. DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE

MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA VIGILANCIA EM SAUDE

MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS ACE

MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE

MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA



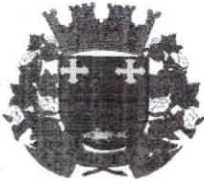
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO SAÚDE NA ESCOLA -  
 PSE  
 CONTRIBUIÇÃO A CONSÓRCIO DE SAÚDE  
 REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
 CONVENIOS E APOIO A ENTIDADES, PROJETOS E SERVIÇOS  
 CONSTRUIR E RECUPERAR UNIDADES HABITACIONAIS NAS  
 ZONAS URBANA E RURAL  
 CONSTRUÇÃO DA SEDE DOS SERVIÇOS DE SCFV  
 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS  
 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS  
 EQUIPAR E ESTRUTURAR AS UNIDADES QUE PRESTAM  
 SERVIÇOS E PROGRAMAS PARA A INFÂNCIA E JUVENTUDE  
 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE  
 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA  
 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE APOIO A  
 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO SUAS  
 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA  
 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA BPC NA  
 ESCOLA  
 GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DO CADASTRO  
 ÚNICO - IGDPBF  
 MANUTENÇÃO DO CONSELHO DA ASSISTENCIA SOCIAL  
 FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL -IGDPBF  
 MANUTENCAO E CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS  
 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DA  
 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL  
 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA PRIMEIRA  
 INFÂNCIA NO SUAS - CRIANÇA FELIZ  
 FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - IGDSUAS  
 IMPLEMENTAÇÃO DE OFICINAS ESPECIFICAS PARA  
 GESTANTES  
 CRIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO NÚCLEO DE PREVENÇÃO E  
 ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA  
 IMPLANTAR PROGRAMA DA FAMÍLIA  
 CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO E CONSELHO  
 MUNICIPAL DO IDOSO  
 IMPLANTAÇÃO E FORTALECIMENTO DO CONSELHO  
 MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIENCIA  
 REALIZAÇÃO DAS CONFERENCIAS MUNICIPAIS DE  
 ASSISTENCIA SOCIAL  
 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO NUCA (NÚCLEO DE  
 CIDADANIA DOS ADOLECENTES  
 CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO NUCLEO MUNICIPAL DE  
 EDUCACAO PERMANENTE DO SUAS  
 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES CULTURA E PAZ  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO  
 AMBIENTE E PESCA**  
 CONSTRUÇÃO DE MATADOURO PÚBLICO  
 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MANUTENÇÃO DE AÇUDES,  
 BARRAGENS E BARREIROS  
 RECUPERAÇÃO E LIMPEZAS DE RIOS E AÇUDES PUBLICOS  
 CONSERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DE  
 ESTRADAS VICINAIS  
 MANUTENÇÃO DOS AMBIENTES ARBORIZADOS  
 PERFURAÇÃO DE POÇOS  
 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE  
 AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E PESCA  
 APOIO E INCENTIVO Á AGRICULTURA FAMILIAR  
 APOIO A FESTA DA COLHEITA E TORNEIO LEITEIRO  
 APOIO AO PROGRAMA OPERÇÃO PIPA  
 AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA DE CISTERNAS  
 APOIO A PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO  
 COMUNITÁRIO  
 APOIO ÀS CAMPANHAS CONTRA A FEBRE AFTOSA E  
 BRUCELOSE  
 MELHORIA DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICIPIO  
**FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CRUZETA**  
 MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA INFORMATIZADO  
 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO E EQUIPAMENTOS  
 CONTRUÇÃO DO PRÉDIO SEDE DO CRUZETA-PREV  
 RECADASTRAMENTO DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS  
 MANUTENCAO DO FUNDO E DO PAGAMENTO DE  
 APOSENTADORIA, PENSÕES E MANUTENÇÃO DO FUNDO

DE PREVIDENCIA DE CRUZETA-FUNPREV  
PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS DE APERFEIÇOAMENTO  
TÉCNICO  
RESERVA DE CONTIGENCIA  
**RESERVA DE CONTIGENCIA**  
RESERVA DE CONTIGENCIA

**Publicado por:**  
Balfran Katsson Dantas de Medeiros  
**Código Identificador:343B210B**

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 06/10/2022. Edição 2881  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<https://www.diariomunicipal.com.br/femurn/>



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

**Município de Cruzeta**

Praça João de Góes, 167, Centro, Cruzeta/RN

CNPJ: 08.106.510/0001-50

**PROCESSO**

Nº 83 / 2022

Projeto de Lei Nº 08 /2022

Em 29 de junho de 2022.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Joaquim José de Medeiros, Prefeito Municipal de Cruzeta, Estado do Rio Grande do Norte, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

**L  
E  
I**

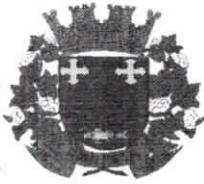
**Art. 1º** - O Orçamento do Município de Cruzeta, Estado do Rio Grande do Norte, para o exercício de 2023, será elaborado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I. As Metas Fiscais;
- II. As Prioridades da Administração Municipal;
- III. A Estrutura dos Orçamentos;
- IV. As Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
- V. As Disposições sobre a Dívida pública Municipal;
- VI. As Disposições sobre Despesas com Pessoal;
- VII. As Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária;
- VIII. As Disposições Gerais.

#### **I – DAS METAS FISCAIS**

**Art. 2º** - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2023, estão identificados nos Demonstrativos I a VIII desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 471, de 27 de junho de 2007-STN e suas alterações seguintes.

**Parágrafo Único** – Os municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes estão obrigados por força do Art. 63, inciso III, da LRF, a partir do exercício de 2005, a elaborar o Anexo de Metas Fiscais de que trata o Art. 4º, § 1º, na forma definida na Portaria nº 29/2007-STN.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

## Município de Cruzeta

Praça João de Góes, 167, Centro, Cruzeta/RN

CNPJ: 08.106.510/0001-50

**Art. 3º** - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

**Art. 4º** - Os Anexos de Metas Fiscais referidos no Art. 2º desta Lei, constituem-se dos seguintes:

- Demonstrativo I – Metas Anuais;
- Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;
- Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- Demonstrativos VI – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
- Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- Demonstrativo VII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

**Parágrafo Único** – Os Demonstrativos referidos neste artigo, serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

### METAS ANUAIS

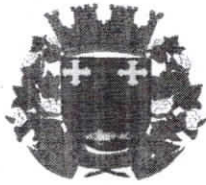
**Art. 5º** - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o Demonstrativo I – Metas Anuais serão elaboradas em valores Correntes e Constantes, relativos a Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência e para os dois seguintes:

**§ 1º** - Os valores correntes dos exercícios de 2019, 2020 e 2021 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes utilizam o parâmetro Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº 29/2007 da STN.

**§ 2º** - Os valores da coluna “% PIB”, serão calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

### DO EXERCÍCIO ANTERIOR

**Art. 6º** - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

## **Município de Cruzeta**

*Praça João de Góes, 167, Centro, Cruzeta/RN*

CNPJ: 08.106.510/0001-50

orçamentário anterior, de Receita, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

§ 1º - De acordo com o exemplo da 4ª Edição do Manual de Elaboração, aprovado pela Portaria nº 29/2007-STN, o comparativo solicitado refere-se ao exercício de 2021.

§ 2º - A elaboração deste Demonstrativo pelos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes se restringe àqueles que tenham elaborado metas fiscais em exercícios anteriores a 2005.

### **METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**

**Art. 7º** - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primeiro e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

§ 1º - A elaboração deste Demonstrativo pelos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes se restringe àqueles que tenham elaborado metas fiscais em exercício anteriores a 2005.

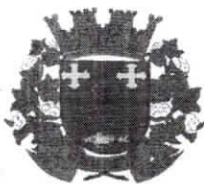
§ 2º - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes, utilizando-se os mesmos índices já comentados do Demonstrativo I.

### **EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**Art. 8º** - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

**Parágrafo Único** – O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

### **ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

## Município de Cruzeta

Praça João de Góes, 167, Centro, Cruzeta/RN

CNPJ: 08.106.510/0001-50

**Art. 9º** - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da evolução do patrimônio líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V – Origem e Aplicações dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos estabelece de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

**Parágrafo Único** - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

### **AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS**

**Art. 10** - Em razão do que está estabelecida no § 2º, inciso IV, alínea “a”, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios. O Demonstrativo VI – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS, seguindo o modelo da Portaria nº 471/2004-STN, estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.

### **ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**

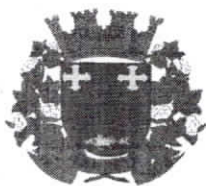
**Art. 11º** - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.

**§ 1º** - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondem à tratamento diferenciado.

**§ 2º** - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

### **MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**

**Art. 12º** - O Art. 17º, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

## **Município de Cruzeta**

*Praça João de Góes, 167, Centro, Cruzeta/RN*

CNPJ: 08.106.510/0001-50

**Parágrafo Único** – O Desenvolvimento VIII – Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

### **MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.**

#### **METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.**

**Art. 13º** - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

**Parágrafo Único** – De conformidade com a Portaria nº 29/2007 – STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2019, 2020 e 2021.

#### **METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.**

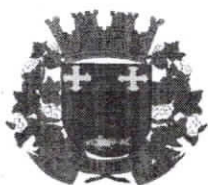
**Art. 14º** - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

**Parágrafo Único** – O cálculo de Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN – Secretaria do Tesouro Nacional, relativa às normas da contabilidade pública.

#### **METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.**

**Art. 15º** - O cálculo do Resultado Nominal, deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

**Parágrafo Único** – O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzida o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos à Pagar Processados, que resultará na Dívida



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

## Município de Cruzeta

Praça João de Góes, 167, Centro, Cruzeta/RN

CNPJ: 08.106.510/0001-50

Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

### **METOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.**

**Art. 16º** - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

**Parágrafo Único** – Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2019, 2020 e 2021.

### **II – DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

**Art. 17º** - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2023 serão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2022 a 2025, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

**§ 1º** - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2023 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

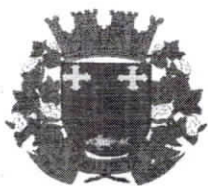
**§ 2º** - Na elaboração da proposta orçamentária para 2023, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

### **III – DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

**Art. 18º** - O orçamento para o exercício financeiro de 2023 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

**Art. 19º** - A Lei Orçamentária para 2023 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundo, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

## Município de Cruzeta

Praça João de Góes, 167, Centro, Cruzeta/RN

CNPJ: 08.106.510/0001-50

Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, a qual deverão estar anexados os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

**Art. 20º** - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterà:

- I. Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa (Princípio da Transparência, art. 48 da LRF);
- II. Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu comprometimento, de 2018 a 2021. (art. 20, 17 e 48 da LRF);
- III. Quadro Demonstrativo das Despesas com Serviços de Terceiros e seu Percentual de Comprometimento das Receitas Correntes Líquidas de 2019 a 2022 (art. 71 da LRF);
- IV. Demonstrativo da Origem e Aplicação dos recursos Vinculados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art. 212 da Constituição Federal e 60 dos ADCT);
- V. Demonstrativo dos Recursos Vinculados e Ações Públicas de Saúde (art. 77 dos ADCT);
- VI. Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição semestre anterior ao encaminhamento da Proposta ao Legislativo – (Princípio da Transparência, art. 48 LRF);
- VII. Quadro Demonstrativo do Saldo da Dívida Fundada, com identificação dos Credores no encerramento do último semestre (Princípio da Transparência, art. 48 da LRF).

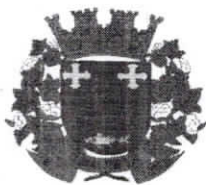
#### IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

**Art. 21º** - O Orçamento para exercício de 2023 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1º § 1º 4º I, “a” e 48 LRF).

**Art. 22º** - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2023 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

**Art. 23º** - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

- I. Projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
- II. Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

## Município de Cruzeta

Praça João de Góes, 167, Centro, Cruzeta/RN

CNPJ: 08.106.510/0001-50

- III. Dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura;
- IV. Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

**Art. 24º** - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2023, poderão ser expandidas em até 5%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2022 (art. 4º § 2º da LRF), conforme demonstrado em Anexo desta Lei.

**Art. 25º** - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

**§ 1º** - Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2022.

**§ 2º** - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

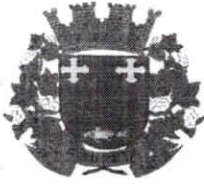
**Art. 26º** - O Orçamento para o exercício de 2023 destinará recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 5% das Receitas Correntes Líquidas previstas e 35% do total do orçamento de cada entidade para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares (art. 5º, III da LRF).

**§ 1º** - Os Recursos da Reservas de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

**§ 2º** - Os Recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2022, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

**Art. 27º** - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

**Art. 28º** - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

## Município de Cruzeta

Praça João de Góes, 167, Centro, Cruzeta/RN

CNPJ: 08.106.510/0001-50

**Art. 29º** - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2023 com dotações vinculares e fontes de recursos oriundas de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se o ocorrer ou estiver garantindo o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantindo (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

**Art. 30º** - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2023, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo de orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

**Art. 31º** - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aqueles de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, “f” e 26 da LRF).

**Parágrafo Único** – As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

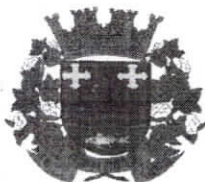
**Art. 32º** - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa / inexigibilidade.

**Parágrafo Único** – Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aqueles decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2023, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

**Art. 33º** - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

**Art. 34º** - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

**Art. 35º** - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2023 a preços correntes.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

## Município de Cruzeta

Praça João de Góes, 167, Centro, Cruzeta/RN

CNPJ: 08.106.510/0001-50

**Art. 36º** - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada grupo de natureza de despesa /modalidade de aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

**Parágrafo Único** – A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa / Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, somente poderá ser feita com prévia autorização legislativa, conforme dispõe o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal.

**Art. 37º** - Durante a execução orçamentária de 2023, o Poder Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2023 (art. 167, I da Constituição Federal).

**Art. 38º** - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecimento no art. 50, § 3º da LRF.

**Parágrafo Único** – Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas fiscais realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, “e” da LRF).

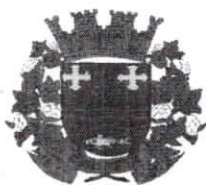
**Art. 39º** - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrem a Lei Orçamentária de 2023 serão objetos de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas fiscais estabelecidas (art. 4º, I, “e” da LRF).

## V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

**Art. 40º** - A Lei Orçamentária de 2023 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 7% (sete por cento) das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, observada as exigências dispostas nos artigos 30, 31 e 32 da Lei Complementar 101/2000 LRF .

**Art. 41º** - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, parágrafo único da LRF).

**Art. 42º** - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

## Município de Cruzeta

Praça João de Góes, 167, Centro, Cruzeta/RN

CNPJ: 08.106.510/0001-50

### PESSOAL

#### VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM

**Art. 43º** - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2023, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

**Parágrafo Único** – Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2023.

**Art. 44º** - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2023, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2022, acrescida de 10%, obedecido ao limite prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

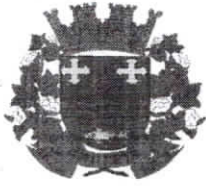
**Art. 45º** - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excedem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

**Art. 46º** - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF).

- I. Eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II. Eliminação das despesas com horas-extras;
- III. Exoneração de servidores ocupantes de cargo de comissão;
- IV. Demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

**Art. 47º** - Para efeito desta lei e registro contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

**Parágrafo Único** – Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de prioridade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o “34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização”.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

## Município de Cruzeta

Praça João de Góes, 167, Centro, Cruzeta/RN

CNPJ: 08.106.510/0001-50

### VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

**Art. 48º** - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e rendas, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios serem considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudo do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que se inicia sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

**Art. 49º** - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14, § 3º da LRF).

**Art. 50º** - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

### VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 51º** - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

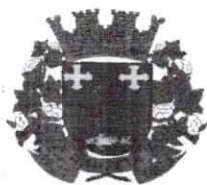
**§ 1º** - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “caput” deste artigo.

**§ 2º** - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2023, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

**Art. 52º** - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos, motivados por insuficiência de tesouraria.

**Art. 53º** - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, somente poderão ser reabertos no exercício subsequente, através de prévia autorização legislativa conforme disposto no artigo 167, inciso V da Constituição Federal.

**Art. 54º** - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

**Município de Cruzeta**

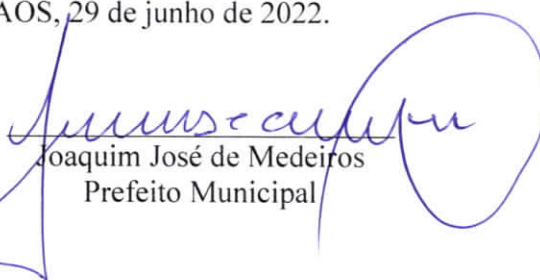
*Praça João de Góes, 167, Centro, Cruzeta/RN*

CNPJ: 08.106.510/0001-50

**Art. 55º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GRANDE DO NORTE. PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA, ESTADO DO RIO

AOS, 29 de junho de 2022.



Joaquim José de Medeiros  
Prefeito Municipal



**Município de Cruzeta**

**Estado do Rio Grande do Norte**

Praça João de Góis, 167 – CEP 59375-000 Fone: (84) 3473 2210

CNPJ 08.106.510/0001-50

Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento

[financas@cruzeta.rn.gov.br](mailto:financas@cruzeta.rn.gov.br)

### **ANEXO I**

#### **01 – CÂMARA MUNICIPAL**

- Manter as atividades e serviços da Câmara Municipal.
- Manter o programa Câmara Cidadã.

#### **02 – GABINETE DO PREFEITO**

- Adquirir veículo para atender as demandas do gabinete.
- Estruturar, organizar e manter o gabinete e a prefeitura.
- Aparelhar o efetivo da Guarda Municipal – GM.
- Adquirir veículo para a Guarda Municipal– GM.
- Manter o Conselho Tutelar.
- Manter o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.
- Manter o Fundo Municipal para Infância e Adolescência.
- Qualificar e capacitar os servidores da Guarda Municipal.
- Qualificar e capacitar os servidores do trânsito municipal.
- Manter e estruturar a Guarda Municipal.
- Implantar o projeto de energia renovável nos prédios públicos municipais.

#### **04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS**

- Modernizar as instalações das Secretarias, melhorando as condições de atendimento ao público.
- Manter as atividades da Secretaria de Administração e de Tributação.
- Adquirir um veículo para atender as demandas da Secretaria de Administração e de Tributação.



- Viabilizar cursos de capacitação e de relações humanas para funcionários públicos municipais diretamente vinculados com as seguintes atividades: Recursos Humanos, Arrecadação, Tributação, Licitações e Contratos, Compras, Recepção, Administração Pública Direta e Indireta.
- Melhorar os meios de informatização.
- Adquirir mobiliário e equipamentos para Centro Administrativo.
- Manter a conservação e guarda do arquivo municipal.
- Admitir pessoal nas hipóteses prevista em lei.
- Apoiar o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Municipais.
- Dar publicidade as ações do Poder Executivo.
- Fortalecer os conselhos municipais.
- Realizar convênios ou contratações com outros entes da federação, viabilizando a execução de ações de interesse do governo municipal.
- Dotar de infraestrutura adequada o setor de controle patrimonial e realizar o Tombamento do Patrimônio Público.
- Atender as demandas administrativas do executivo municipal em função das necessidades de pessoal e dos compromissos delas decorrentes.
- Criar a Comissão de Avaliação de Preços e recebimento de mercadorias adquiridas pelo município.
- Modernizar ou atualizar o sistema tributário fiscal.
- Atualizar o Código Tributário.
- Unir esforços na cobrança e arrecadação de todos os tributos de competência municipal.
- Contribuir com a FEMURN, CNM, AMSO e outras entidades ou órgãos de interesse da administração municipal.
- Criar o setor de projetos.
- Desenvolver o sistema de protocolo para toda administração municipal.
- Realizar convênios com instituições e entidades para a manutenção do programa municipal de estagiários.
- Contratar assessorias necessárias à manutenção das secretarias.
- Implantar a previdência -complementar dos servidores públicos municipal.
- Instituir a junta médica municipal.

#### **05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO**

- Manter as atividades e serviços ofertados pela secretaria municipal de finanças e planejamento.
- Manter as atividades e serviços da controladoria geral do município.

- Garantir o equilíbrio fiscal e financeiro do município através do planejamento das ações a serem desenvolvidas junto às demais secretarias que fazem a administração municipal.
- Amortizar a dívida interna e /ou externa por contrato que por ventura venha a existir.
- Manter o pagamento do funcionalismo público rigorosamente em dia.
- Realizar estudos que viabilizem a implantação dos direitos adquiridos pelos servidores públicos municipais.
- Tomar medidas para reestruturação da arrecadação de tributos municipais.
- Instituir o conselho de transparência e integridade.

#### 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

- Manter as atividades de ensino infantil, fundamental e de jovens e adultos de forma regular.
- Distribuir uniforme, kit de material escolar e garrafinha para água a todos os estudantes matriculados na rede municipal de ensino.
- Organizar e realizar Jornada Pedagógica/2023.
- Realizar ciclos formativos para profissionais da educação, objetivando uma cultura de formação em serviço, que atenda as necessidades e desafios da educação atual.
- Apoiar financeiramente profissionais da educação no que se refere ao processo de formação continuada.
- Contratar professores que visem atender o déficit no quadro de efetivos e atender a demanda.
- Contratar estagiários do curso de Pedagogia para atuarem como auxiliar nas turmas com estudantes com Necessidades Educacionais Especiais e/ou turmas de creche.
- Adquirir ônibus escolar, através de Emenda Parlamentar, para renovar a frota existente.
- Dar continuidade ao **Projeto Caravana da Leitura**, com o objetivo de promover o acesso e incentivo a leitura.
- Realizar Audiência Pública para monitorar e avaliar o Plano Municipal de Educação.
- Reformar e ampliar a Escola Municipal de Ensino Fundamental Cônego Ambrósio Silva.
- Construir uma Unidade Escolar de Ensino Infantil (creche pré-escola/ tipo 2), por meio de Emenda Parlamentar, no valor R\$ 1.906.236,12.
- Apoiar a construção da biblioteca SESI.
- Adquirir um veículo para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

- Parceria com a Polícia Militar/RN para ampliação do Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência – PROERD nas turmas de 7º ano do Ensino Fundamental;
- Oferta gratuita de transporte escolar intermunicipal – Caicó e Currais Novos - para estudantes dos Institutos Federais – IFRNs e Universidades Públicas e Particulares.
- Aquisição e instalação de playground (parque infantil), bem como aquisição de jogos educativos para escolas de Ensino Fundamental- Anos Iniciais - e de Educação Infantil.
- Implantação de um Sistema de Avaliação Externa para aferir e acompanhar a aprendizagem dos estudantes do Ensino Fundamental
- Assegurar o cumprimento do pagamento do Piso Nacional dos professores.
- Adquirir Laboratório de Ciências para escolas de Ensino Fundamental, objetivando o desenvolvimento de pesquisas e aulas práticas para fixar o conteúdo aprendido em sala de aula.
- Manter os Programas Federais de Alimentação Escolar/PNAE e de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE.
- Manutenção do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE
- Manutenção do Salário Educação
- Apoiar o Programa Educação Conectada
- Manter das atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte
- Realizar a Semana da Diversidade do Neurodesenvolvimento
- Retomar a Educação de Jovens e Adultos.
- Apoiar atividades do Ensino Médio, Técnico e Superior.
- Adquirir equipamentos e jogos pedagógicos para melhorar os serviços ofertados pelos profissionais do CEMAp.
- Realizar do 30º Aqui Acontece São João e o 20º Festival de Quadrilhas Juninas Estilizadas.
- Realizar e apoiar a eventos culturais diversos.
- Promover shows culturais e saraus nos bairros da cidade.
- Apoiar os diversos segmentos culturais, como música, dança, capoeira, teatro, literatura e outros.
- Promover um festival de música na cidade, evento com concursos e apresentações que incentive a cultura musical, identidade do nosso município.
- Musical de natal com artistas locais.
- Adquirir instrumentos e materiais destinados as fanfarras municipais.
- Adquirir fardamento para a banda de música que representa nosso município nas apresentações culturais em Cruzeta e no mundo.

- Manter os repasses financeiros às associações AMUSIC e Associação Josefa de Medeiros Lira.
- Manter parceria com o Projeto Trapiá Semente, que tem por objetivo estimular a produção de teatro no Rio Grande do Norte.
- Realizar a 3ª edição do Projeto **“A Magia do Natal”** em Cruzeta.
- Manter e ampliar o apoio ao setor cultural.
- Instituir o conselho municipal de cultura.
- Realizar o Carnaval de Rua.
- Reformar o Centro de Atividades Culturais e Sociais (Clube Municipal).
- Realizar competições (campeonatos) no Ginásio Poliesportivo (O Medeirão) e no campo de futebol (O Boscão), nas categorias de base e adulto.
- Apoio às equipes femininas de futsal e campo.
- Apoiar equipes diversas em competições municipais, intermunicipais e interestaduais.
- Implantar um projeto para trabalhar as categorias de base no futsal e futebol de campo.
- Buscar recursos financeiros para construir, ampliar e reformar quadras esportivas em comunidades diversas
- Pleitear recursos financeiros para reformar o Ginásio Poliesportivo “O Medeirão”.
- Ampliar a iluminação do Campo de Futebol “O Boscão”.
- Pleitear recursos financeiros para construção de arquibancada no campo de futebol “O Boscão”
- Contratar profissional para treinar modalidades de atletismo.
- Melhorar as condições da **“Pista de Atletismo”** com material adequado para a realização dessa modalidade esportiva.
- Realizar e manter de atividades esportivas diversas.

#### **06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS**

- Manter as atividades e serviços desenvolvidos pela secretaria municipal de infraestrutura e serviços urbanos.
- Adquirir equipamentos e materiais permanentes que otimizem os serviços prestados à população.
- Criar o conselho de urbanismo, trânsito e Transporte.
- Realizar a reforma e cobertura da praça Silvio Bezerra de Melo (praça de eventos), construir novas praças, bem como manter e restaurar as demais praças existentes no município.
- Ampliar a sinalização e identificação de ruas e avenidas.
- Construir, ampliar, reformar ou realizar reparos nos prédios públicos.

- Realizar obras de pavimentação em paralelepípedo, pavimentação asfáltica de diversas ruas do município, bem como, promover a manutenção e recuperação dos calçamentos e meios-fios já existentes.
- Adquirir veículo para a secretaria municipal de infraestrutura e serviços urbanos.
- Realizar obra de urbanização e adequação de acessos à cidade.
- Manter o convênio com o consórcio público regional de resíduos sólidos.
- Manter e/ou ampliar a iluminação pública, adquirindo materiais e equipamentos necessários a oferta de serviços de qualidade a população.
- Manter e recuperar as estradas vicinais do município.
- Construir e/ou alugar garagem para guarda dos veículos, ônibus, máquinas e equipamentos do patrimônio municipal.
- Ampliar o sistema de saneamento básico, coleta e tratamento de esgoto.
- Implantar a coleta seletiva de resíduos sólidos.
- Dar suporte as atividades das demais secretarias com serviços de manutenção, bem como na realização de eventos.
- Ampliar e manter o cemitério público municipal.
- Aparelhar a coordenadoria de Transporte e Trânsito;
- Aparelhar a Subcoordenadoria de Trânsito;
- Aparelhar o efetivo do setor de trânsito.
- Implantar o projeto "Calçada Cidadã.
- Realizar adesão ao consórcio multi-finalitário do Seridó.
- Manter o projeto "Cruzeta Nossa Cidade mais Limpa".

## **07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO**

- Promover grupos para identificação de oportunidades de industrialização de produtos da região.
- Aumentar o apoio e o desenvolvimento de cooperativa de créditos populares, que sejam facilitadores da aquisição de créditos de grupos sociais produtivos: "Artesanato e economia solidária no território".
- Estimular a criação e fortalecimento de cooperativas de beneficiamento, industrialização e comercialização de produtos da região do território com: "certificação dos seus produtos".
- Criar cursos técnicos das áreas industriais presenciais e/ou à distância para atender o mercado do município.
- Promover ações para difusão de tecnologias e formação empreendedora para os pequenos empreendedores.

- Fortalecer a oferta de microcrédito para a mulher. Investir no setor de Indústria, comércio e serviços no território: "dinamizar a indústria, comércio e serviços com responsabilidade social e ambiental".
- Efetivar o programa de crédito solidário, através de mutirão e autogestão junto às associações e cooperativas.
- Instalar programa de incentivo à formalização de empreendimentos informais com assistência técnica específica e facilidade de acesso ao crédito e a comercialização da produção.
- Implantar políticas públicas de economia solidária e geração de renda, com um espaço popular para vendas dos produtos das redes produtivas;
- Estabelecer novas diretrizes para políticas de investimentos voltados para a implantação do turismo rural com responsabilidade social e ambiental no território.
- Incentivar a instalação de pousadas e valorização do patrimônio histórico de nossa cidade.
  
- Divulgar através de campanhas publicitárias as potencialidades turísticas do município.
- Inserir o município no Polo Turístico do Seridó.
- Criar o conselho municipal de turismo.
- Criar uma cooperativa de artesões. Valorizar o pequeno artesão e criar um centro de artesanato para exploração e vendas.
- Capacitar por meios de cursos, oficinas, seminários, palestras, treinamentos e reciclagens de todos os agentes ligados aos setores hoteleiros, meios de alimentação, serviços e, assim como os departamentos que atendam os turistas.
- Realizar parcerias com o SEBRAE/SENAI, objetivando a implantação de atividades econômicas.
- Viabilizar apoio aos eventos realizados no Município, oportunizando a promoção de atividades do calendário festivo tradicional.
- Estimular melhorias para Bares, Pousadas, Quiosques e Restaurantes, garantindo qualidade no atendimento e melhoria da oferta ao turista.
- Criar o projeto Cruzeta - Turismo o Ano Todo.
- Apoiar o turismo religioso com incentivos às festas de padroeiros nos bairros;
- Apoiar o encontro de motociclistas, vaquejadas, cavalgadas, Motocross, entre outros.
- Incentivar e apoiar alunos do curso de turismo que escolherem Cruzeta como tema de TCCs, teses de mestrados e doutorados.



- Estabelecer parceria com taxistas para a distribuição de material publicitário da cidade.
- Realizar adesão na plataforma 1001 oportunidades para disponibilizar vagas de estágio aos estudantes.
- Construir um mirante as margens do açude público municipal para atrair turistas.

## 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- Manutenção das atividades e serviços da secretaria municipal de saúde com melhoramento da infraestrutura predial e tecnológica da sede.
- Manutenção dos convênios celebrados com a SAMU, CIS/AMSO e COPIRN, bem como celebração de novos convênios que venham a fortalecer e melhorar a oferta dos serviços de saúde do município.
- Ofertar aos profissionais de saúde condições dignas de trabalho necessárias para o melhor desenvolvimento das atividades e serviços de saúde (fardamento, ferramentas de trabalho, equipamentos).
- Qualificar os profissionais de saúde.
- Manter e estruturar a farmácia básica do município.
- Realizar reparos, reformas e/ou ampliação nos prédios onde funcionam as Unidades Básicas de Saúde.
- Adquirir e manter equipamentos e materiais permanentes para as Unidades Básicas de Saúde.
- Manter a oferta dos serviços de atenção básica com garantia da equipe de profissionais necessárias ao bom andamento das atividades das Unidades Básicas de Saúde.
- Ampliar e fortalecer os grupos de atendimento coletivo da atenção básica em saúde.
- Consolidar o uso do prontuário eletrônico nas Unidades Básicas de Saúde.
- Manter o Programa Saúde do Trabalhador nas Unidades Básicas de Saúde.
- Manter o programa “Academia da Saúde”.
- Manter o Planifica SUS nas Unidades Básicas de Saúde.
- Manter o Programa Saúde na Escola (PSE).
- Aderir ao Programa **Proteja** (Estratégia Nacional para Prevenção e Atenção à Obesidade infantil).
- Realizar repasse do Piso Salarial do Agentes de Saúde e Endemias assim que aprovado e encaminhado o repasse do Ministério da Saúde ao município.
- Aderir ao Curso Técnico para agentes de saúde e endemias de modo a capacitar os profissionais de saúde.

- Manter o Programa Brasil Sorridente com a confecção de próteses dentárias.
- Cumprir com o cronograma de vacinação do COVID 19 e Influenza conforme as notas técnicas dos órgãos e ministérios da saúde.
- Manter atendimento especializado com a oferta de serviços dos profissionais da equipe multiprofissional, bem como de médicos especialistas.
- Realizar reparos, reformas e/ou ampliação no prédio onde funciona a Unidade Mista de Saúde Abílio Chacon Filho.
- Adquirir e manter equipamentos e materiais permanentes para a Unidade Mista de Saúde.
- Manter a Unidade Mista de Saúde com aquisição de insumos, pagamento de servidores, plantões médicos e serviços de reparos nos equipamentos necessários ao bom funcionamento das atividades e serviços ofertados a população.
- Manter a escala de enfermagem 24h, a escala de motoristas de sobreaviso e plantões médicos na Unidade Mista de Saúde.
- Manter o serviço de realização de ultrassonografias na Unidade Mista de Saúde.
- Adquirir veículos destinados ao transporte das equipes e pacientes usuários da saúde pública municipal.
- Realizar mutirões para realização de cirurgias, procedimentos, consultas e exames de modo a diminuir a fila de espera dos usuários.
- Criar o canil comunitário.

#### **10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

- Firmar convênio com instituições filantrópicas para atender as demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social.
- Melhorar a qualidade dos serviços prestados aos usuários através da ampliação e reforma do espaço físico do CRAS, bem como garantir a equipe profissional para atendimento.
- Realizar Reforma do Centro de Múltiplo Uso;
- Garantir os serviços e programas do CRAS; (grupo Conviver, gestantes, grupos de crianças e adolescentes e mulheres;
- Implantar o CREAS: instalar a sede de funcionamento, equipar e contratar equipe; (Proteção Especial)
- Apoiar as ações do NUCA e SELO UNICEF;
- Garantir concessão de benefícios eventuais para a população mais vulnerável;
- Garantir o funcionamento do Programa Criança feliz;
- Viabilizar juntos as entidades, órgãos e ministérios competentes a construção e reformas de moradias para a população enquadrada nos parâmetros exigidos.



- Manter convênio e repasse financeiro com a Associação Manoel Cipriano.
- Manter a ação de distribuição de peixe no período da semana santa.
- Firmar parceria com órgãos e instituições reconhecidas para ofertar cursos profissionalizantes a população.
- Realizar acompanhamento e manutenção do programa "Auxílio Brasil".
- Realizar conferências, fóruns e audiências para ampliação do controle social no SUAS.

#### **11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E PESCA**

- Manter as atividades e serviços ofertados pela secretaria municipal de agricultura, meio ambiente e pesca.
- Adquirir maquinário e equipamentos necessários a otimização dos serviços.
- Acompanhar a destinação de resíduos sólidos de modo a buscar alternativas ecologicamente corretas, bem como desenvolver ações para melhorar as atividades dos catadores do município.
- Apoiar e incentivar a agricultura familiar com a manutenção dos programas de corte de terra, de silagem e distribuição de sementes.
- Apoiar os programas de desenvolvimento comunitário, através de ações voltadas as associações das comunidades rurais e ao cooperativismo.
- Realizar ações que promovam a melhoria no abastecimento de água no município como construção, ampliação e recuperação de açudes, barreiros, cacimbas e barragens. Construção de cisternas. Perfuração e instalação de poços e chafarizes, etc.
- Construir passagens molhadas e mata-burros para facilitar o escoamento da produção e o deslocamento dos agricultores em eventuais necessidades.
- Apoiar a realização da Festa da Colheita e Torneio Leiteiro.
- Apoiar o programa "OPERAÇÃO PIPA".
- Apoiar as campanhas de vacinação contra a febre aftosa e brucelose.
- Apoiar o projeto de retorno do algodão ao Seridó e ao município.
- Construir o abatedouro público municipal.
- Realizar peixamento nos açudes, barragens e barreiros do município.
- Manter repasses financeiros para o Sindicato Dos Trabalhadores Rurais.
- Manter o pagamento da contrapartida do seguro safra.

#### **12 – FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CRUZETA**

- Modernizar os serviços previdenciários.
- Adquirir equipamentos e softwares.

- Garantir o aperfeiçoamento técnico, treinamentos e participação dos servidores em eventos com relevância ao desenvolvimento da instituição.
- Manter e estruturar o Regime Próprio de Previdência dos Servidores de Públicos do Município de Cruzeta/RN – CRUZETAPREV.
- Realizar o recadastramento dos servidores ativos e inativos, aposentados e pensionistas.
- Manter o pagamento das aposentadorias e pensões rigorosamente em dia.
- Dar Início a formalização dos primeiros passos para aderir ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão do RPPS - o Pró- Gestão, instituído pela Portaria MPS nº 185, de 15 de maio de 2015, que tem por objetivo incentivar os RPPS a adotarem as melhores práticas de gestão previdenciária, que proporcionem maior controle dos seus ativos e passivos e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade.



## Município de Cruzeta

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
I - RECEITAS

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			ORÇADA			PREVISÃO		
	2020	2021	2022	2023	2024	2025			
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>23.170.388,76</b>	<b>30.327.725,15</b>	<b>35.224.360,00</b>	<b>37.865.112,00</b>	<b>39.364.570,44</b>	<b>40.923.407,42</b>			
Receitas Tributária	1.033.496,45	1.285.302,45	1.661.280,00	1.785.876,00	1.856.596,69	1.930.117,92			
Receita de Contribuições	1.288.606,52	4.071.622,53	1.879.000,00	2.019.925,00	2.099.914,03	2.183.070,63			
Receita Patrimonial	384.936,28	334.173,19	826.500,00	888.487,50	923.671,61	960.249,00			
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-			
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-			
Receita de Serviços	-	-	7.000,00	7.525,00	7.822,99	8.132,78			
Transferências Correntes	20.417.475,84	24.170.745,72	30.024.580,00	32.276.423,50	33.554.569,87	34.883.330,84			
Outras Receitas Correntes	45.873,67	465.881,26	825.000,00	886.875,00	921.995,25	958.506,26			
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>697.417,79</b>	<b>2.064.414,48</b>	<b>934.000,00</b>	<b>1.004.050,00</b>	<b>1.043.810,38</b>	<b>1.085.145,27</b>			
Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-			
Alienação de Bens	-	-	5.000,00	5.375,00	5.587,85	5.809,13			
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-	-			
Transferências de Capital	697.417,79	2.064.414,48	879.000,00	944.925,00	982.344,03	1.021.244,85			
Outras Receitas de Capital	-	-	50.000,00	53.750,00	55.878,50	58.091,29			
Deduções da Receita p/FUNDEB	-	-	-	-	-	-			
<b>Total</b>	<b>23.867.806,55</b>	<b>32.392.139,63</b>	<b>36.157.360,00</b>	<b>38.869.162,00</b>	<b>40.408.380,82</b>	<b>42.008.552,70</b>			

(R\$) 1,00

Cruzeta/RN - 29 de junho de 2022

Joaquim José de Medeiros

Prefeito

Gabriela Micarla Silva de Gois Pereira

Secretária de Finanças

Elizeuda Pereira de Araújo Oliveira

Contador CRC nº RN 007941/O

## Município de Cruzeta

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
II - DESPESAS

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	EXECUTADA			ORÇADA	PREVISÃO		
	2020	2021	2022		2023	2024	2025
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>23.165.590,01</b>	<b>25.820.618,97</b>	<b>30.741.460,00</b>	<b>33.047.069,50</b>	<b>34.355.733,45</b>	<b>35.716.220,50</b>	
Pessoal e Encargos Sociais	15.995.090,52	19.447.432,28	19.110.200,00	20.543.465,00	21.356.986,21	22.202.722,87	
Juros e Encargos da Dívida	49.880,65	77.708,89	29.000,00	31.175,00	32.409,53	33.692,95	
Outras Despesas Correntes	7.120.618,84	6.295.477,80	11.602.260,00	12.472.429,50	12.966.337,71	13.479.804,68	
<b>DESPESA DE CAPITAL</b>	<b>1.045.493,45</b>	<b>2.086.479,00</b>	<b>7.120.900,00</b>	<b>7.654.967,50</b>	<b>7.958.104,21</b>	<b>8.273.245,14</b>	
Investimentos	910.455,39	1.584.790,34	6.195.900,00	6.660.592,50	6.924.351,96	7.198.556,30	
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	
Transferências de Capital	-	-	-	-	-	-	
Armortização da Dívida	135.038,06	501.688,66	925.000,00	994.375,00	1.033.752,25	1.074.688,84	
<b>RESERVA DE CONTIGÊNCIA</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>250.000,00</b>	<b>268.750,00</b>	<b>279.392,50</b>	<b>290.456,44</b>	
<b>Total</b>	<b>24.211.083,46</b>	<b>27.907.097,97</b>	<b>38.112.360,00</b>	<b>40.970.787,00</b>	<b>42.593.230,17</b>	<b>44.279.922,08</b>	

(R\$) 1,00

Cruzeta/RN - 29 de junho de 2022

Joaquim José de Medeiros

Prefeito

Gabriela Micaela Silva de Gois Pereira

Secretária de Finanças

Elizeuda Pereira de Araujo Oliveira

Contador CRC nº RN 007941/O

# Município de Cruzeta

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
III - RESULTADO PRIMÁRIO

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$) 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2021	2021	2022	2023	2024	2025
<b>RECEITAS CORRENTES ( I )</b>	<b>23.170.388,76</b>	<b>30.327.725,15</b>	<b>35.223.360,00</b>	<b>37.865.112,00</b>	<b>39.364.570,44</b>	<b>40.923.407,42</b>
Receitas Tributárias	1.033.496,45	1.285.302,45	1.661.280,00	1.785.876,00	1.856.596,69	1.930.117,92
Receita de Contribuições	1.288.606,52	4.071.622,53	1.879.000,00	2.019.925,00	2.099.914,03	2.183.070,63
Receita Patrimonial	384.936,28	334.173,19	826.500,00	888.487,50	923.671,61	960.249,00
Aplicações Financeiras ( II )	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	384.936,28	334.173,19	826.500,00	888.487,50	923.671,61	960.249,00
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	7.000,00	7.525,00	7.822,99	8.132,78
Transferências Correntes	20.417.475,84	24.170.745,72	30.024.580,00	32.276.423,50	33.554.569,87	34.883.330,84
Outras Receitas Correntes	45.873,67	465.881,26	825.000,00	886.875,00	921.995,25	958.506,26
<b>RECEITAS FISCAIS CORRENTES ( III ) = ( I - II )</b>	<b>23.170.388,76</b>	<b>30.327.725,15</b>	<b>35.223.360,00</b>	<b>37.865.112,00</b>	<b>39.364.570,44</b>	<b>40.923.407,42</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL ( IV )</b>	<b>697.417,79</b>	<b>2.064.414,48</b>	<b>934.000,00</b>	<b>1.004.050,00</b>	<b>1.043.810,38</b>	<b>1.085.145,27</b>
Operações de Crédito ( V )	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens ( VI )	-	-	5.000,00	5.375,00	5.587,85	5.809,13
Amortização de Empréstimos ( VII )	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	697.417,79	2.064.414,48	879.000,00	944.925,00	982.344,03	1.021.244,85
Outras Receitas de Capital	-	-	50.000,00	53.750,00	55.878,50	58.091,29
Receitas Fiscais de Capital ( VIII ) = ( IV - V - VI - VII )	<b>697.417,79</b>	<b>2.064.414,48</b>	<b>929.000,00</b>	<b>998.675,00</b>	<b>1.038.222,53</b>	<b>1.079.336,14</b>
<b>RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS (OU RECEITAS)</b>	<b>23.867.806,55</b>	<b>32.392.139,63</b>	<b>36.152.360,00</b>	<b>38.863.787,00</b>	<b>40.402.792,97</b>	<b>42.002.743,57</b>
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>23.867.806,55</b>	<b>32.392.139,63</b>	<b>36.152.360,00</b>	<b>38.869.162,00</b>	<b>40.408.380,82</b>	<b>42.008.552,70</b>
<b>DESPESAS CORRENTES ( X )</b>	<b>23.165.590,01</b>	<b>25.820.618,97</b>	<b>30.741.460,00</b>	<b>33.047.069,50</b>	<b>34.355.733,45</b>	<b>35.716.220,50</b>
Pessoal e Encargos Sociais	15.995.090,52	19.447.432,28	19.110.200,00	20.543.465,00	21.356.986,21	22.202.722,87
Juros e Encargos da Dívida ( XI )	49.880,65	77.708,89	29.000,00	31.175,00	32.409,53	33.692,95
Outras Despesas Correntes	7.120.618,84	6.295.477,80	11.602.260,00	12.472.429,50	12.966.337,71	13.479.804,68
<b>DESPESAS FISCAIS CORRENTES ( XII ) = ( X - XI )</b>	<b>23.115.709,36</b>	<b>25.742.910,08</b>	<b>30.712.460,00</b>	<b>33.015.894,50</b>	<b>34.323.323,92</b>	<b>35.682.527,55</b>
<b>DESPESA DE CAPITAL ( XIII )</b>	<b>1.045.493,45</b>	<b>2.086.479,00</b>	<b>7.120.900,00</b>	<b>7.654.967,50</b>	<b>7.958.104,21</b>	<b>8.273.245,14</b>
Investimentos	910.455,39	1.584.790,34	6.195.900,00	6.660.592,50	6.924.351,96	7.198.556,30
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida ( XVI )	135.038,06	501.688,66	925.000,00	994.375,00	1.033.752,25	1.074.688,84
<b>DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL ( XV ) = ( XIII - XIV )</b>	<b>910.455,39</b>	<b>1.584.790,34</b>	<b>6.195.900,00</b>	<b>6.660.592,50</b>	<b>6.924.351,96</b>	<b>7.198.556,30</b>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA ( XVI )	-	-	250.000,00	268.750,00	279.392,50	290.456,44
<b>DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (OU DESPESAS)</b>	<b>24.026.164,75</b>	<b>27.327.700,42</b>	<b>37.158.360,00</b>	<b>39.945.237,00</b>	<b>41.527.068,39</b>	<b>43.171.540,29</b>
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>24.211.083,46</b>	<b>27.907.097,97</b>	<b>38.112.360,00</b>	<b>40.970.787,00</b>	<b>42.593.230,17</b>	<b>44.279.922,08</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO ( IX - XVII )</b>	<b>(158.358,20)</b>	<b>5.064.439,21</b>	<b>(1.006.000,00)</b>	<b>(1.081.450,00)</b>	<b>(1.124.275,42)</b>	<b>(1.168.796,73)</b>

## Município de Cruzeta

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
IV - RESULTADO NOMINAL  
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$) 1,00

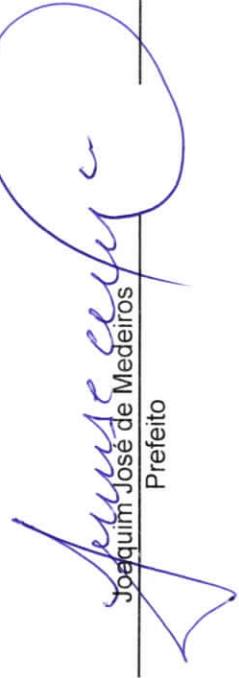
ESPECIFICAÇÃO	2020 (b)	2021 (c)	2022 (d)	2023 (e)	2024 (f)	2025 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA ( I )	6.296.555,01	6.690.869,12	6.000.000,00	5.000.000,00	4.000.000,00	3.000.000,00
DEDUÇÕES ( II )	4.442.257,47	9.642.340,38	4.480.000,00	4.590.000,00	4.600.000,00	4.785.000,00
Ativo Disponível	4.783.617,16	10.300.889,04	4.800.000,00	4.900.000,00	4.950.000,00	5.105.000,00
Haveres Financeiros	-	-	-	-	-	-
( - ) Restos a Pagar Processados	341.359,69	658.548,66	320.000,00	310.000,00	350.000,00	320.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA ( III ) = ( I - II )	1.854.297,54	(2.951.471,26)	1.520.000,00	410.000,00	(600.000,00)	(1.785.000,00)
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES ( IV )	-	-	-	-	-	-
PASSIVOS RECNHECIDOS ( V )	-	-	-	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA ( III + IV - V )	1.854.297,54	(2.951.471,26)	1.520.000,00	410.000,00	(600.000,00)	(1.785.000,00)
<b>Resultado Nominal</b>	<b>(b - a*)</b>	<b>(c - b)</b>	<b>(d - c)</b>	<b>(e - d)</b>	<b>(f - e)</b>	<b>(g - f)</b>
	<b>(2.506.722,86)</b>	<b>(4.805.768,80)</b>	<b>4.471.471,26</b>	<b>(1.110.000,00)</b>	<b>(1.010.000,00)</b>	<b>(1.185.000,00)</b>


Notas:

- O cálculo da Metas Anuais relativas ao resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional.

\* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2021

Cruzeta/RN - 29 de junho de 2022

  
Joaquim José de Medeiros  
Prefeito

  
Gabriela Miciana Silva de Gois Pereira  
Secretária de Finanças

  
Elizeuda Pereira de Araujo Oliveira  
Contador CRC nº RN 007941/O

## Município de Cruzeta

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA  
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF


(R\$) 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2018	2020	2021	2022	2023	2024	2025
DÍVIDA CONSOLIDADA ( I )	5.937.178,20	6.296.555,01	6.690.869,12	6.000.000,00	5.000.000,00	4.000.000,00	3.000.000,00
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	5.937.178,20	6.296.555,01	6.690.869,12	6.000.000,00	5.000.000,00	4.000.000,00	3.000.000,00
DEDUÇÕES ( II )	3.353.159,04	4.442.257,47	9.642.340,38	4.480.000,00	4.590.000,00	4.600.000,00	4.785.000,00
Ativo Disponível	4.732.142,18	4.783.617,16	10.300.889,04	4.800.000,00	4.900.000,00	4.950.000,00	5.105.000,00
Haveres Financeiros	-	-	-	-	-	-	-
( - ) Restos a Pagar Processados	1.378.983,14	341.359,69	658.548,66	320.000,00	310.000,00	350.000,00	320.000,00
<b>Dívida Consolidada Líquida</b>	<b>2.584.019,16</b>	<b>1.854.297,54</b>	<b>(2.951.471,26)</b>	<b>1.520.000,00</b>	<b>410.000,00</b>	<b>(600.000,00)</b>	<b>(1.785.000,00)</b>

Cruzeta/RN - 29 de junho de 2022

  
Joãoquim José de Medeiros  
Prefeito

  
Gabriela Micaela Silva de Gois Pereira  
Secretária de Finanças

  
Elizeuda Pereira de Araujo Oliveira  
Contador CRC nº RN 007941/O

**Município de Cruzeta**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXOS DE METAS FISCAIS**  
**Demonstrativo I - Metas Anuais**  
**2022**

AMF - Tabela 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

(R\$) 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2021		2022		2023	
	Valor Corrente (a)	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	% PIB (a/PIB) x 100
Receita Total	30.327.725,15	127,427	36.157.360,00	145,380	38.869.162,00	148,487
Receitas Primárias ( I )	32.392.139,63	136,101	40.402.792,97	162,449	38.863.787,00	148,467
Despesa Total	27.907.097,97	117,257	38.112.360,00	153,240	40.970.787,00	156,516
Despesas Primárias ( II )	27.907.097,97	117,257	37.158.360,00	149,404	39.945.237,00	152,598
Resultado Primário ( III ) = ( I - II )	4.485.041,66	18,845	3.244.432,97	13,045	(1.081.450,00)	-4,131
Resultado Nominal	(4.805.768,80)	-20,192	4.471.471,26	17,979	(1.110.000,00)	-4,240
Dívida Pública Consolidada	6.690.869,12	28,113	6.000.000,00	24,124	5.000.000,00	19,101
Dívida Consolidada Líquida	(2.951.471,26)	-12,401	1.520.000,00	6,112	410.000,00	1,566

Nota:

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2021	2022	2023
	PIB real (crescimento % anual)	-4,10	4,50
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	13,78	15,10	14,75
Inflação média (% anual) Projetada com base em índice oficiais de inflação	5,83	6,72	5,50
Projeção do PIB do Estado - milhares	23.800.000,00	24.871.000,00	26.176.727,50

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2021	2022	2023
Valor Corrente / 1,0460	Valor Corrente / 1,0940	Valor Corrente / 1,1394

Cruzeta/RN - 29 de junho de 2022

Joaquim José de Medeiros  
 Prefeito

Gabriela Miciana Silva de Gois Pereira  
 Secretária de Finanças

Elizeuda Pereira de Araujo Oliveira  
 Contador CRC nº 007941/O



**Município de Cruzeta**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXOS DE METAS FISCAIS**  
**Demonstrativo II - Metas Anuais**  
**2023**

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2021			2022			2023		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante P	% PIB (c/PIB) x 100
Receita Total	23.867.807	20.417.476	100,285	27.907.098	24.170.746	112,207	36.157.360	30.024.580	139,788
Receitas Primárias ( I )	23.867.807	11.363.236	100,285	32.392.140	23.857.302	130,241	36.152.360	21.964.430	139,769
Despesa Total	24.211.083	20.673.077	101,727	24.780.000	23.021.182	99,634	13.171.154	23.310.839	50,921
Despesas Primárias ( II )	24.026.165	20.259.615	100,950	24.046.000	22.339.279	96,683	25.150.000	22.574.802	97,232
Resultado Primário ( III ) = ( I - II )	(158.358)	(8.896.379)	(0,665)	8.346.140	1.518.023	33,558	11.002.360	(610.372)	42,536
Resultado Nominal	(2.506.723)	(187.551)	(10,532)	(88.133)	(81.878)	(0,354)	6.458	5.797	0,025
Dívida Pública Consolidada	6.296.555	1.192.045	26,456	1.118.902	1.039.485	4,499	1.100.000	-	4,253
Dívida Consolidada Líquida	1.854.298	886.226,27	7,791	833.542	774.379	3,351	840.000	753.989,41	3,248

Nota: - O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2021	2022	2023
PIB (crescimento % anual)	-4,10	4,50	5,25
Inflação média no período %	5,83	6,72	5,50
Esforço Fiscal	1,00	1,00	1,00
Projeção do PIB do Estado - milhões	23.800.000	24.871.000	25.865.840

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2021	2022	2023
Valor Corrente / 1,0400	Valor Corrente / 1,0764	Valor Corrente / 1,1141

Cruzeta/RN - 29 de junho de 2022

  
 Joaquim José de Medeiros  
 Prefeito

  
 Gabriela Micaela Silva de Gois Pereira  
 Secretária de Finanças

  
 Elizenda Pereira de Araújo Oliveira  
 Contador CRC nº RN 007941/O

**Município de Cruzeta**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior  
 2023

AMF - Tabela 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

(R\$) 1,00

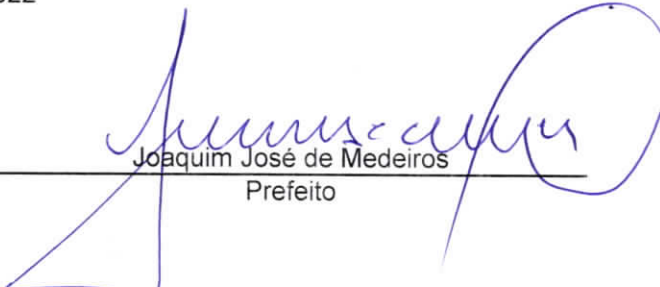
ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas (a)	% PIB	II - Metas Realizadas (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	19.110.220,00	74,071	32.392.139,63	125,551	13.281.919,63	69,50
Receitas Primárias ( I )	18.528.900,00	71,817	32.392.139,63	125,551	13.863.239,63	74,82
Despesa Total	19.110.220,00	74,071	27.907.097,97	108,167	8.796.877,97	46,03
Despesas Primárias ( II )	17.785.173,64	68,935	27.327.700,42	105,921	9.542.526,78	53,65
Resultado Primário ( III ) = ( I - II )	743.726,36	2,883	5.064.439,21	19,630	4.320.712,85	0,00
Resultado Nominal	(816.791,10)	(3,166)	(4.805.768,80)	(18,173)	(3.988.977,70)	488,37
Dívida Pública Consolidada	1.024.235,00	3,970	6.690.869,12	25,934	5.666.634,12	553,26
Dívida Consolidada Líquida	853.254,75	0,00	(2.951.471,26)	(11,440)	(3.804.726,01)	0,00

Nota:

PIB Estadual Previsto e Realizado para 2021

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2021	25.800.000,00
Valor efetivo(valorizado) do PIB Estadual para 2021	26.445.000,00

Cruzeta/RN - 29 de junho de 2022

  
 Joaquim José de Medeiros  
 Prefeito

  
 Gabriela Micara Silva de Gois Pereira  
 Secretária de Finanças

  
 Elizeuda Pereira de Araújo Oliveira  
 Contador CRC nº 007941/O

**Município de Cruzeta**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido  
2023


AMF - Tabela 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)


( R\$ ) 1,00

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2021</b>	<b>%</b>	<b>2020</b>	<b>%</b>	<b>2019</b>	<b>%</b>
Patrimônio/Capital	385.082,13	3,39%	13.699.887,27	67,72%	700.762,16	10,73%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	10.982.703,93	96,61%	6.529.800,35	32,28%	5.829.038,19	89,27%
<b>TOTAL</b>	<b>11.367.786,06</b>		<b>20.229.687,62</b>		<b>6.529.800,35</b>	

Cruzeta/RN - 29 de junho de 2022

  
\_\_\_\_\_  
Joaquim José de Medeiros  
Prefeito

  
\_\_\_\_\_  
Gabriela Micarla Silva de Gois Pereira  
Secretaria de Finanças

  
\_\_\_\_\_  
Elizeuda Pereira de Araújo Oliveira  
Contador CRC nº 007941/O

**Município de Cruzeta**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**

Demonstrativo V - Origem e Aplicação de Recursos Obtidos com Alienação de Ativos  
2023

AMF - Tabela 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

( R\$ )

RECEITAS REALIZADAS	2020 ( a )	2021 ( d )	2022
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Receitas de Alienação de Ativos	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
TOTAL	-	-	-

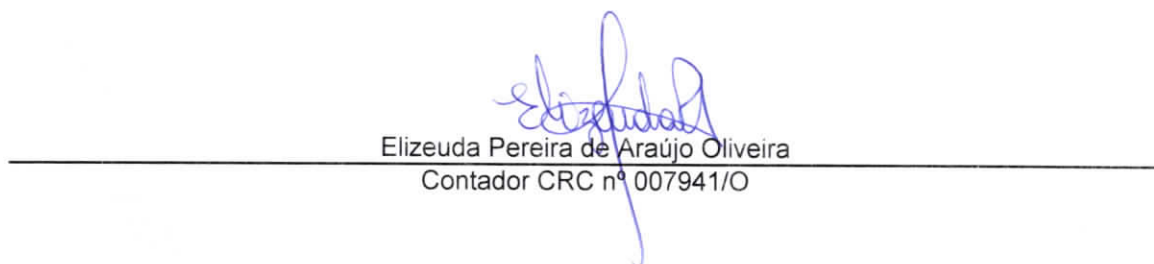
DESPESAS LIQUIDADAS	2020 ( b )	2021 ( e )	2022
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regimes Próprios dos Servidores Públicos	-	-	-
TOTAL	-	-	-

SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ( III ) = ( I - II )	( c ) = ( a-b)+(f)	( f )=( d-e)+(g)	( g )
	-	-	-

Cruzeta/RN - 29 de junho de 2022

  
Joaquim José de Medeiros  
Prefeito

  
Gabriela Micarla Silva de Gois Pereira  
Secretaria de Finanças

  
Elizeuda Pereira de Araújo Oliveira  
Contador CRC nº 007941/O

**Município de Cruzeta**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**

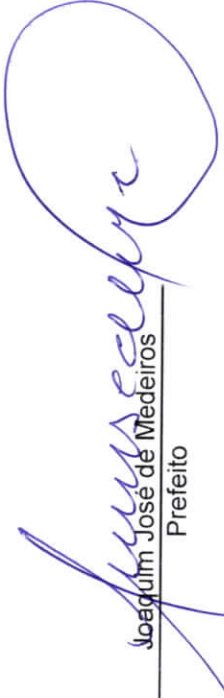
Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receitas  
 2023

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

(R\$)

SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	Tributos/Contribuição	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
		2020	2021	2022	
		-	-	-	
<b>TOTAL</b>		-	-	-	

Cruzeta/RN - 29 de junho de 2022

  
 Joaquim José de Medeiros  
 Prefeito

  
 Gabriela Micarla Silva de Gois Pereira  
 Secretária de Finanças

  
 Elizeuda Pereira de Araújo Oliveira  
 Contador CRC nº 007941/O


**Município de Cruzeta**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas  
2023

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

(R\$) 1,00

EVENTOS	2023
Aumento Permanente da Receita	30.327.725,15
(-) Transferências Constitucionais	24.170.745,72
(-) Transferências ao FUNDEB	-
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita ( I )	6.156.979,43
Redução Permanente de Despesa ( II )	-
Margem Bruta ( III ) = ( I+II )	6.156.979,43
Saldo Utilizado da Margem Bruta ( IV )	-
Impacto de Novas DOCC	-
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC ( V ) = ( III-IV )	6.156.979,43

Cruzeta/RN - 29 de junho de 2022

  
\_\_\_\_\_  
Joaquim José de Medeiros  
Prefeito

  
\_\_\_\_\_  
Gabriela Micarla Silva de Gois Pereira  
Secretária de Finanças

  
\_\_\_\_\_  
Elizeuda Pereira de Araújo Oliveira  
Contador CRC nº RN 007941/O

MUNICIPIO DE CRUZETA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
**DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**  
2023  
Art (LRF. 4º, §3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	<b>975.000,00</b>	Abertura de Créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência ou de cancelamento de despesas discricionárias	<b>975.000,00</b>
Dividas em processo de reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
<b>SUB- TOTAL</b>	<b>975.000,00</b>	<b>SUB- TOTAL</b>	<b>975.000,00</b>

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de arrecadação	<b>1.825.000,00</b>	Limitação de empenho	<b>1.825.000,00</b>
Restituir de tributos a maior/Discrepância de projeções		Abertura de créditos adicionais a partir da redução de dotação de despesas discricionárias e da reserva de contingências.	
Redução da atividade econômica devido a pandemia de Coronavírus		Contingenciamento de despesas e/ou limitação de empenho e movimentação financeira, conforme Art. 9º da LC 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal	
<b>SUB- TOTAL</b>	<b>1.875.000,00</b>	<b>SUB- TOTAL</b>	<b>1.875.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.800.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>2.800.000,00</b>

Fonte: Sistema contábil, Prefeitura Municipal de Cruzeta – 29 de junho de 2022.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZETA**  
**Praça Celso Azevedo, 127 – Cep. 59.375-000 – Telefax (84) 3473-2358**  
**CNPJ 10.727.485/0001-73 – E-mail: camaracruzeta@yahoo.com.br**

PROPOSTA DE EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 08/2022 (Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2023, e dá outras providências).

**Autores da Proposta:** Vereadores Arilúzia Sasnara de Araújo Medeiros - PSB; Vereadora Ayérica Angelle Maria de Oliveira Dantas –PSDB; Vereador Hildeberto Diniz Silva Nascimento –PSDB; Vereador Cypriano Pinheiro Medeiros de Araújo - MDB; Vereador José Ethel Stephan Usando Sales Canuto de Moraes – MDB; Vereador Hutson Neves Barbosa –PSDB; Vereador Itan Lobo de Medeiros –PSDB, Vereador Patrício Sinderley de Assis –PSDB e Vereador Walfredo Cesino de Medeiros – PSB.

**AMPARO LEGAL:** Art. 91 e ss. do Regimento Interno da Câmara de Cruzeta.

Os Vereadores acima identificados, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Câmara Municipal de Cruzeta/RN, apresenta à apreciação desta Câmara de Vereadores a seguinte Emenda ao Projeto de Lei nº 08/2022:

ADITA-SE:

**Art. 1º.** Cria a Seção “IV-A”, do Projeto de Lei nº 08/2022, que passará a ter a seguinte redação:

**“IV-A - DO REGIME DE EXECUÇÃO DAS EMENDAS  
PARLAMENTARES IMPOSITIVAS**



**Art. 39-A.** As emendas individuais e impositivas do Legislativo Municipal ao projeto da LOA 2023, de que trata o Art. 82-A da Lei Orgânica Municipal, serão de execução orçamentária e financeira obrigatórias, *aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde, nos termos do anexo correspondente.*

§ 1º - *As emendas individuais ao Projeto de Lei Orçamentária apresentadas pelo Poder Legislativo devem ser apresentadas e executadas de forma equitativa entre os vereadores ou unificadas pelas respectivas bancadas.*

§ 2º - *Considera-se equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que atenda de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independentemente da autoria.*

§ 3º - O Poder Executivo, no decorrer do exercício financeiro, promoverá a compatibilização da despesa prevista no *caput* deste artigo com a efetiva arrecadação da receita corrente líquida.

§ 4º - Se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal prevista no Anexo de Metas Fiscais, observado o disposto no art. 2º desta Lei, o montante previsto no *caput* deste artigo poderá ser reduzido até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas discricionárias.

**Art. 39-B** - No decorrer do exercício financeiro, se for verificado crescimento da Receita Corrente Líquida - RCL em relação àquela estimada na Lei Orçamentária Anual, da diferença positiva deverá ser destinado *1,2% (um inteiro e dois décimos por cento)* para o atendimento das emendas parlamentares impositivas.

**Art. 39-C** - As emendas parlamentares impositivas aprovadas pelo Poder Legislativo constarão de anexo específico da LOA 2023, contendo no mínimo:

I – o número da emenda;

II – o nome da emenda (objeto);

III – o nome do vereador ou bancada;

VI – o valor da emenda.

**Art. 39-D** - As emendas parlamentares impositivas apresentadas ao projeto da LOA 2023 não poderão ter destinação para pagamento de pessoal ou de encargos sociais.

**Art. 39-E** - O valor destinado a emenda impositiva do legislativo municipal deverá ser suficiente para a execução do objeto proposto no exercício financeiro.

§ 1º - Ocorrendo a insuficiência de recursos, a suplementação deverá ser financiada pela anulação total ou parcial do crédito orçamentário de outra emenda do mesmo vereador, por ele indicada, ou por contrapartida de seu beneficiário.

§ 2º - O objeto da emenda parlamentar impositiva não concluído dentro do exercício financeiro, com repercussão orçamentária e financeira no exercício financeiro subsequente, deverá constar das emendas do próximo exercício e deverá ser financiado pela cota do respectivo vereador.


**Art. 39-F** - As dotações orçamentárias destinadas ao atendimento das emendas impositivas do Legislativo Municipal, estando compatíveis com os objetos propostos, seguirão a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso estabelecidos por meio do Poder Executivo Municipal.


**Art. 39-G** - As emendas parlamentares impositivas não serão de execução obrigatória nos casos de impedimento de ordem técnica, na forma da Lei Orgânica Municipal.


**Art. 39-H** - Caberá ao Poder Executivo comunicar ao Poder Legislativo Municipal o cumprimento das respectivas emendas impositivas dos vereadores.”.

**Art. 2º** - Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


Sala Pedro Vital da Câmara Municipal de Cruzeta/RN, em 10 de agosto de 2022.

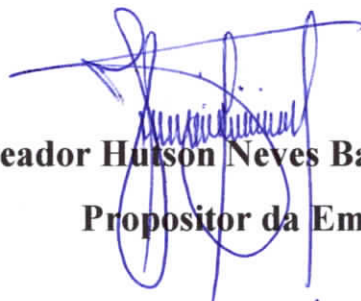
  
**Vereadora Arilúzia Sasnara de Araújo Medeiros – PSB**  
**Propositora da Emenda**

  
**Vereadora Ayérica Angelle Maria de Oliveira Dantas – PSDB**  
**Propositora da Emenda**

  
**Vereador Hildeberto Diniz Silva Nascimento – PSDB**  
**Propositor da Emenda**

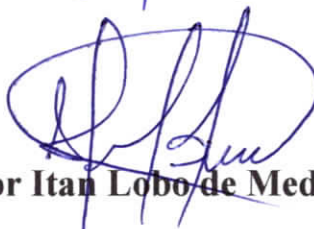
**Vereador Cypriano Pinheiro Medeiros de Araújo – MDB**  
**Propositor da Emenda**

  
**Vereador José Ethel Stephan Usando Sales Canuto de Moraes – MDB**  
**Propositor da Emenda**



**Vereador Hulsom Neves Barbosa –PSDB**

**Propositor da Emenda**



**Vereador Itan Lobo de Medeiros –PSDB**

**Propositor da Emenda**



**Vereador Patricio Sinderley de Assis –PSDB**

**Propositor da Emenda**

**Vereador Walfredo Cesino de Medeiros – PSB**


**Propositor da Emenda**


## JUSTIFICATIVA


Com fundamento no Art. 91, do Regimento Interno desta Casa de Leis, justifica-se esta Emenda em virtude da adequação das diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2023 ao Art. 82-A, da Lei Orgânica Municipal, que instituiu o Orçamento Impositivo do Poder Legislativo Municipal, de execução orçamentária e financeira obrigatórias.

Na oportunidade, reiteramos os meus protestos de elevada estima e distinta consideração e solicito apoio aos Nobres colegas edis para aprovação da emenda.

Sala Pedro Vital da Câmara Municipal de Cruzeta/RN, em 10 de agosto de 2022.

  
**Vereadora Arilúzia Sasnara de Araújo Medeiros – PSB**  
**Propositora da Emenda**

  
**Vereadora Ayérica Angelle Maria de Oliveira Dantas –PSDB**  
**Propositora da Emenda**

  
**Vereador Hildeberto Diniz Silva Nascimento –PSDB**  
**Propositor da Emenda**

**Vereador Cypriano Pinheiro Medeiros de Araújo – MDB**  
**Propositor da Emenda**

  
**Vereador José Ethel Stephan Usando Sales Canuto de Moraes – MDB**

**Propositor da Emenda**

  
**Vereador Hutson Neves Barbosa –PSDB**

**Propositor da Emenda**

  
**Vereador Itan Lobo de Medeiros –PSDB**

**Propositor da Emenda**

  
**Vereador Patricio Sinderley de Assis –PSDB**

**Propositor da Emenda**

**Vereador Walfredo Cesino de Medeiros – PSB**

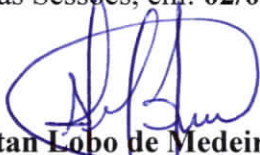
**Propositor da Emenda**

**ANEXO I**

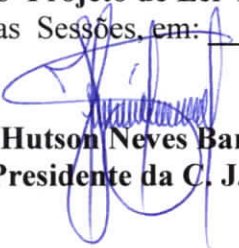
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA ACUMULADA - ANO 2021	%	TOTAL DESTINADO AS EMENDAS INDIVIDUAIS
R\$ 23.491.781,74	1,20%	R\$ 278.901,38

# DESPACHO

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação, para exarar parecer.  
Sala das Sessões, em: **02/08/2022**.

  
**Itan Lobo de Medeiros**  
Presidente

Ao Relator, Vereador Hildeberto Diniz Silva Nascimento para opinar sobre o **Projeto de Lei nº 08/2022**.  
Sala das Sessões, em: \_\_\_/\_\_\_/2022.

  
**Hutson Neves Barbosa**  
Presidente da C. J. L. R.

O meu parecer é pela provação da referida proposição.  
Sala das Sessões, em: \_\_\_/\_\_\_/2022.

H. Diniz  
**Relator**

Parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, sobre o **Projeto de Lei nº 08/2022**.

**PARECER Nº** \_\_\_/2022

Somos de parecer \_\_\_\_\_ a aprovação da referida proposição.  
Sala das Sessões, em: \_\_\_/\_\_\_/2022.

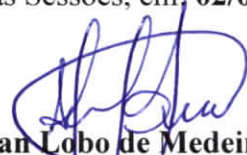
Hutson Neves Barbosa Presidente  
Hildeberto Diniz Silva Nascimento Relator  
Waldemar Luis de Matos Membro

O **Projeto de Lei nº 08/2022** foi \_\_\_provado em **duas** discussões na Sessão de: \_\_\_ e \_\_\_/\_\_\_/2022.  
por \_\_\_\_\_ de votos.

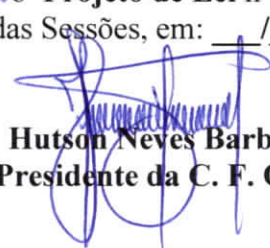
  
**Itan Lobo de Medeiros**  
Presidente

# DESPACHO

A Comissão de Finanças, Orçamento, e Fiscalização, para exarar parecer.  
Sala das Sessões, em: **02/08/2022**.

  
**Itan Lobo de Medeiros**  
Presidente

Ao Relator, Vereador Patrício Sinderley Araujo de Amor para opinar sobre o **Projeto de Lei nº 08/2022**.  
Sala das Sessões, em: \_\_\_/\_\_\_/2022.

  
**Hutson Neves Barbosa**  
Presidente da C. F. O. F.

O meu parecer é pela provação da referida proposição.  
Sala das Sessões, em: \_\_\_/\_\_\_/2022.

Patrício Sinderley  
**Relator**

Parecer da Comissão de Finanças, Orçamento, e Fiscalização, sobre o **Projeto de Lei nº 08/2022**.

**PARECER Nº** \_\_\_/2022

Somos de parecer \_\_\_\_\_ a aprovação da referida proposição.  
Sala das Sessões, em: \_\_\_/\_\_\_/2022.

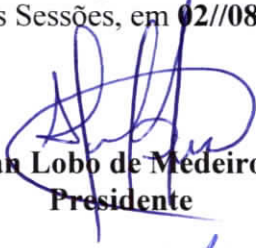
Hutson Neves Barbosa Presidente  
Patrício Sinderley Araujo de Amor Relator  
Waldemar Luis de Matos Membro

O **Projeto de Lei nº 08/2022** foi \_\_\_provado em **duas** discussões na Sessão de: \_\_\_ e \_\_\_/\_\_\_/2022.  
por \_\_\_\_\_ de votos.


  
**Itan Lobo de Medeiros**  
Presidente

# DESPACHO

A Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social, para exarar parecer.  
Sala das Sessões, em **02//08/2022**.

  
**Itan Lobo de Medeiros**  
**Presidente**

Ao Relator, Vereador Hudson Neves  
Balobasi para opinar  
sobre o **Projeto de Lei nº 08/2022**.  
Sala das Sessões, em: \_\_\_/\_\_\_/2022.

  
**Patrício Sinderley Araújo de Assis**  
**Presidente da C. E. C. S. A. S.**

O meu parecer é pela \_\_\_ **provação**  
da referida proposição.  
Sala das Sessões, em: \_\_\_/\_\_\_/2022.

  
\_\_\_\_\_  
**Relator**

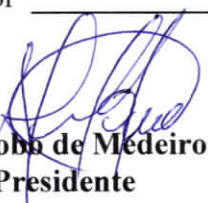
Parecer da Comissão de Educação, Cultura,  
Saúde e Assistência Social, sobre o  
**Projeto de Lei nº 08/2022**.

**PARECER Nº \_\_\_\_\_/2022**

Somos de parecer \_\_\_\_\_ a  
aprovação da referida proposição.  
Sala das Sessões, em: \_\_\_/\_\_\_/2022.

Patrício Sinderley Araújo de Assis Presidente  
Hudson Neves Balobasi Relator  
Itan Lobo de Medeiros Membro

O **Projeto de Lei nº 08/2022** foi \_\_\_ provado  
em **única** discussões na Sessão de:  
\_\_\_/\_\_\_/2022. por \_\_\_\_\_ de votos.

  
**Itan Lobo de Medeiros**  
**Presidente**